

REVISTA
Nº 35 **NOVOS RUMOS**

ROMAN ROSDOLSKY

**A POLÊMICA EM TORNO
DOS ESQUEMAS DA
REPRODUÇÃO DE MARX**

A POLÊMICA EM TORNO DOS ESQUEMAS DA REPRODUÇÃO DE MARX¹

Roman Rosdolsky

O objeto deste trabalho era, antes de tudo, de índole metodológica. O autor partiu da hipótese de que a investigação levada a cabo até o presente se concentrou muito unilateralmente no tema da obra econômica de Marx, demonstrando por sua vez pouco interesse pelo método específico de investigação.² Por isto procurou demonstrar o quanto se pode aprender, precisamente neste aspecto, com os *Grundrisse*, de Marx. Mas, se é assim, então os conhecimentos metodológicos obtidos a partir do estudo dessa obra também devem lançar uma nova luz sobre as antigas questões da economia marxista em litígio, sobretudo no que diz respeito ao muito debatido problema dos esquemas da reprodução do tomo II de *O capital* e do assim chamado problema da realização. Exatamente neste sentido deve-se entender o ensaio que se segue.

INTRODUÇÃO

NOTA ACERCA DO ASPECTO FORMAL DOS ESQUEMAS DA REPRODUÇÃO DO TOMO II

Para facilitar a compreensão do que se segue, consideremos primeiro, brevemente, a forma – isto é, a conformação em números – dos esquemas de reprodução do tomo II.

Para ilustrar as condições da reprodução do capital social global, Marx divide a produção social em dois grandes departamentos, dos quais o departamento I produz meios de produção, enquanto o departamento II produz meios de consumo. O valor dos produtos de cada departamento se divide em $c + v + m$, letras que simbolizam o capital constante empregado num processo de produção, o capital variável gasto em salários e, finalmente, a mais-valia engendrada nesse processo produtivo. Investiga depois em que medida se devem intercambiar reciprocamente os componentes do valor do produto de ambas as seções para poder avançar até o processo produtivo seguinte.

O que se trata, em primeiro lugar, é das condições que possibilitam a reprodução simples (isto é, a reprodução em medida constante). Para esses efeitos, Marx esboça o seguinte diagrama:

$$\text{I } 4.000 c + 1.000 v + 1.000 m = 6.000$$

$$\text{II } 2.000 c + 500 v + 500 m = 3.000$$

Já que, sob as condições da reprodução simples, o departamento I necessita de tanto capital constante como aquele que utilizou no período anterior da produção – a saber, $4.000 c$ –, pode cobrir esses $4.000 c$ mediante sua própria produ-

ção, sem ter para isso que se refugiar absolutamente em qualquer tipo de troca com o departamento II.

De forma similar, o departamento II, cujos produtos consistem em bens de consumo, pode utilizar diretamente para esse fim os $500 v$ e os $500 m$ que emprega para o uso pessoal dos operários e dos capitalistas de seu próprio departamento, sem realizar qualquer troca com o departamento I. Mas o que deve ser trocado entre ambos os departamentos é a parte do produto do departamento II cujo valor corresponde a seu capital constante, e a parte do produto do departamento I que equivale ao capital variável somado à mais-valia desse departamento. Por isso, a fórmula geral do equilíbrio da reprodução simples do capital social é, evidentemente, esta:

$$c \text{ II} = v \text{ I} + m \text{ I},$$

isto é, que o capital constante utilizado pelo departamento II deve ser da mesma magnitude que o capital variável mais a mais-valia do departamento I.

Contudo, a fórmula anterior não pode ser aplicada às condições da reprodução ampliada, vale dizer, quando uma parte da mais-valia, em lugar de ser consumida pelo capitalista, é acumulada, ou seja, é agregada ao capital variável de ambos os departamentos. Se designamos, seguindo Bukhárin, por α a parte da mais-valia destinada a ser consumida, por βc a porção da mais-valia a ser somada ao capital constante no período produtivo seguinte, e por βv a porção a ser somada ao capital variável, então a fórmula anterior deve ser modificada da seguinte maneira a fim de se ajustar às condições da reprodução ampliada:

$$c \text{ II} + \beta c \text{ II} = v \text{ I} + \alpha \text{ I} + \beta v \text{ I},^3$$

e esta é precisamente a fórmula geral em que se baseiam os esquemas da reprodução do capítulo XXI do tomo II de *O capital*.

Nesse capítulo encontramos dois diagramas que, segundo Marx, devem ilustrar o processo da acumulação em duas etapas diferentes do desenvolvimento capitalista.⁴ O primeiro diagrama (expresso com os símbolos de Bukhárin e arredondando-se as frações de Marx) tem o seguinte aspecto:

		c		v		α		$\frac{mv}{\beta c}$		βv
1º ano	I	4.000	+	1.000	+	500	+	400	+	100
	II	1.500	+	750	+	600	+	100	+	50
2º ano	I	4.400	+	1.100	+	550	+	440	+	110
	II	1.600	+	800	+	560	+	160	+	80
3º ano	I	4.840	+	1.210	+	605	+	484	+	121
	II	1.760	+	880	+	616	+	176	+	88
4º ano	I	5.324	+	1.331	+	666	+	532	+	133
	II	1.936	+	968	+	677	+	194	+	97

etc.

O segundo diagrama, que corresponde a uma etapa avançada do desenvolvimento capitalista, parte de uma composição orgânica mais elevada do capital; além do mais, e diferentemente do primeiro diagrama, a composição do capital é a mesma para ambas as seções (a saber, $5 c : 1 v$). No segundo diagrama, a reprodução transcorre da seguinte maneira:

		<i>c</i>		<i>v</i>		α		$\frac{m v}{\beta c}$		βv
1º ano	I	5.000	+	1.000	+	500	+	417	+	83
	II	1.430	+	285	+	101	+	153	+	31
2º ano	I	5.417	+	1.083	+	542	+	452	+	90
	II	1.583	+	316	+	158	+	132	+	26
3º ano	I	5.869	+	1.173	+	587	+	489	+	98
	II	1.715	+	342	+	171	+	143	+	28
4º ano	I	6.358	+	1.271	+	636	+	530	+	106
	II	1.858	+	370	+	185	+	155	+	30

e assim sucessivamente.

Rosa Luxemburg atacou acerbamente ambos os diagramas. Contra o primeiro, alegava que Marx só poderia obter “as condições de acumulação do departamento I, ditadas por claras leis”, ao preço de uma “construção totalmente arbitrária das proporções do departamento II”, fazendo com que esse departamento acumulasse e consumisse sem nenhuma “regra visível” e só “por saltos”.⁵ Rosa Luxemburg admite acertadamente que no segundo diagrama de Marx a acumulação avança regularmente em ambos os departamentos, de modo que já não tem lugar “deslocamentos arbitrários na subdivisão da mais-valia em II”. Mas crê poder afirmar, não obstante, que também nesse caso, “a acumulação no departamento II é totalmente dependente e totalmente dominada pela acumulação em I [...], que I inicia e participa ativamente em todo o movimento de acumulação, enquanto II o sofre passivamente”.⁶

No que diz respeito à segunda objeção (cuja validade, curiosamente, jamais se discutiu dentro do campo marxista), Joan Robinson a refutou convincentemente, ao demonstrar que “a aritmética é totalmente neutra em relação a ambos os departamentos”, e que o impulso para a acumulação pode emanar igualmente de ambos.⁷

Mas tampouco no primeiro diagrama de Marx a acumulação é tão “oscilante” nem procede tanto “aos saltos” no departamento II como parecia a Rosa Luxemburg e todo mundo acreditava até então. Pois com a exceção do primeiro ano, revela-se que o departamento I desse diagrama acumula constantemente 50% e o departamento II 30% da mais-valia. E isso naturalmente não é casual, mas surge necessariamente da diferença da composição orgânica do capital em ambos os departamentos. Pode-se, pois, demonstrar algebricamente⁸ que, se a taxa de mais-valia é a mesma em ambos os departamentos e não se modifica no transcurso da reprodução, a fórmula do equilíbrio da reprodução

$$c \text{ II} + \beta v \text{ I} + \alpha \text{ I} + \beta v \text{ I}$$

exige uma estrita correlação entre a taxa de acumulação e a composição do capital em ambos os departamentos. Se supomos com Marx que a composição orgânica do capital e a taxa de acumulação permanecem constantes em sucessivos períodos da produção, então as taxas de acumulação em ambos os departamentos devem guardar uma proporcionalidade inversa às taxas da composição orgânica ou, expressando em uma fórmula:

$$\frac{\beta \text{ I}}{m v \text{ I}} : \frac{\beta \text{ II}}{m v \text{ II}} = \frac{v \text{ II}}{c \text{ II} + v \text{ II}} : \frac{v \text{ I}}{c \text{ I} + v \text{ I}}$$

Assim, no primeiro diagrama de Marx, a relação entre as taxas de acumulação de ambos os departamentos era: 50% (departamento I) : 30% (departamento II). A relação de $v : c + v$ era de $1/3$ no departamento II e de $1/5$ no departamento I. Posto que $5:3 = 1/3:1/5$, encontram-se dadas as condições de equilíbrio exigíveis para a reprodução.

Mas basta do erro “matemático” de Rosa Luxemburg. Presumivelmente a forma dos exemplos numéricos de Marx, que efetivamente parecem algo desajeitados e confusos, a tenha induzido a erro. E o confuso reside em que em ambos os diagramas, a acumulação do ano inicial não obedece à regra segundo a qual se rege a acumulação dos anos posteriores. Ao contrário, só é possível suspeitar os motivos pelos quais Marx escolheu essa forma de exposição: por acaso teria se tratado de seu primeiro ensaio de tentativa e nunca tenha encontrado tempo suficiente para corrigi-lo.

Curiosamente, a desajeitada forma dos diagramas de Marx também induziu a erro o mais fervoroso dos críticos de Rosa Luxemburg: Bukhárin. Como já dissemos, foi Bukhárin o primeiro a formular a relação de equilíbrio geral da reprodução ampliada

$$c \text{ II} + \beta c \text{ II} = v \text{ I} + \alpha \text{ I} + \beta v \text{ I}$$

Porém, desta fórmula deduziu duas outras, evidentemente falsas:

$$c \text{ II} = v \text{ I} + \alpha \text{ I} \text{ e } \beta v \text{ I} = \beta c \text{ II.}^9$$

Mas isto só é assim porque Marx não podia achar de imediato a proporção correta entre $c \text{ I}$ e $c \text{ II}$. Em todos os anos seguintes do primeiro diagrama e em todos os do segundo, contudo, $c \text{ II}$ é necessariamente menor que $v \text{ I} + \alpha \text{ I}$, e $\beta c \text{ II}$ é maior que $\beta v \text{ I}$. Em outras palavras: Bukhárin se esqueceu por completo que a reprodução ampliada do capital social global não só deve levar ao crescimento de c e v , mas também de α , isto é, ao crescimento do consumo individual dos capitalistas. Contudo, esse erro elementar passou inadvertido durante quase duas décadas,¹⁰ e se considerava Bukhárin como o defensor mais autorizado da “ortodoxia” marxista contra os ataques de Rosa Luxemburg “à parte da análise de Marx na qual o mestre incomparável nos havia legado o produto mais perfeito de seu gênio [...]”.¹¹ Mas fazendo caso omissivo dessa circunstância, a fórmula do equilíbrio geral de Bukhárin é sumamente útil, ainda que também ele (como a maior parte dos críticos de Rosa Luxemburg) confunda a mera formulação do problema com a sua solução.

ACERCA DA “APROXIMAÇÃO DA REALIDADE” DOS ESQUEMAS DA REPRODUÇÃO DE MARX

Isto é tudo o que diz respeito à forma dos esquemas da reprodução de Marx. Todavia, no que se refere a seu conteúdo, devemos compreender claramente, antes de tudo, a questão de se Marx pretendia descrever (e, sendo assim, em que medida), com a ajuda desses esquemas, os fatos que ocorrem dentro da realidade capitalista concreta.

Curiosamente, só alguns poucos marxistas fizeram a tentativa de prestar contas a si mesmos a este respeito. Pois se acompanhamos as discussões acerca dos esquemas da reprodução, que se desenvolveram em torno do livro de Rosa Luxemburg publicado em 1912, nos encontramos de imediato com um estranho paradoxo: certamente que os adversários austromarxistas de Rosa Luxemburg (Kautsky, Bauer, Eckstein, Hilferding e outros) sabiam perfeitamente que os es-

quem as de Marx haviam sido concebidos num plano de abstração máximo e que por isso prescindiam de muitas características da realidade capitalista: por exemplo, de classes e lugares geográficos não-capitalistas, do comércio exterior, da taxa de lucro média, dos preços de produção divergentes dos valores, etc. E contudo, todos esses autores pretendiam ver, nesses esquemas, uma prova concreta da capacidade econômica vital ilimitada do modo econômico capitalista.

Começemos pelo fundador da escola austromarxista, Karl Kautsky. Em sua *opus magnum*, *Materialistische Geschichtsauffassung*, ataca duramente a “hipótese” de Rosa Luxemburg segundo a qual o capitalismo entra em colapso por razões econômicas; com ela, afirma, Rosa Luxemburg se encontra “em oposição a Marx, que explicava o contrário no tomo II de *O capital*, vale dizer, nos esquemas da reprodução”.¹²

É verdade que Kautsky só chegou a essa interpretação dos esquemas da reprodução depois da Primeira Guerra Mundial. Mas seus discípulos já advogavam por concepções similares muito antes. Como veremos agora, a interpretação feita por Rudolf Hilferding em 1909 (n’*O capital financeiro*) salientava que, em consequência da produção capitalista – e dadas as proporções corretas entre os diferentes ramos da produção – esses esquemas “se estendem até o infinito”, “sem levar à superprodução de mercadorias”.¹³ Na Conferência de Viena da Associação de Política Social, em 1926, recordava Hilferding a seu auditório acadêmico que sempre fora adversário da “teoria do colapso”:

Creio – declarou – que com esta concepção me encontro em total concordância com as doutrinas de Karl Marx, a quem sempre se atribuiu, equivocadamente, uma teoria do colapso. Precisamente o tomo II de *O capital* demonstra como dentro do sistema capitalista é possível a produção numa escala cada vez mais ampliada. Frequentemente pensei – agrega brincando – que não é tão grave que se leia tão pouco esse segundo tomo, pois em determinadas circunstâncias se poderia deduzir de sua leitura um canto de louvor ao capitalismo.¹⁴

Vemos que também Hilferding pretende derivar dos esquemas da reprodução do tomo II uma refutação direta da “teoria do colapso”; também ele confunde uma ilustração matemática com uma demonstração teórica e, em consequência, confunde a esfera do “abstrato” com a do “concreto”.

Mas de uma maneira não diferente procede em sua crítica Otto Bauer. Por certo que ele quer conceder à autora de *A acumulação do capital* que “os algarismos que Marx emprega no segundo tomo de *O capital* para exemplificar o processo da reprodução [...] foram arbitrariamente escolhidos e não estão isentos de contradições”. “Mas o fato de que Marx não tenha exposto seu raciocínio de forma inobjektável, não faz com que esse raciocínio seja errôneo.” Com esse fim, Bauer esboça seu próprio esquema da reprodução, “liberado de arbitrariedades”, afirmando uma e outra vez que precisamente esses números construídos por ele “mostram” ou “demonstram” a correção de sua interpretação da teoria marxiana da reprodução no sentido da ilimitada capacidade de extensão do modo de produção capitalista.¹⁵

E o mais fraco dos adversários de Rosa Luxemburg, Gustav Eckstein, até consegue mesclar num mesmo ensaio, e por momentos até numa mesma frase, dois pontos de vista: o puramente teórico e o empírico. Assim lemos no começo de seu ensaio:

Se se quer estudar o problema das crises,¹⁶ tem de se perguntar, antes de tudo, qual a relação entre a acumulação capitalista e os esquemas de equilíbrio de Marx, os quais, definitivamente, só demonstram a *possibilidade* do equilíbrio.

Mas, já na página seguinte, escreve:

Os esquemas de Marx demonstram como teria que avançar a produção capitalista se quisesse permanecer em equilíbrio, demonstram o quanto é efetivamente grande a necessidade social dos diversos tipos de produtos.

E outra página mais adiante:

A aspiração ao lucro guia o modo de produção capitalista. Cabe perguntar então se os esquemas de Marx demonstram como se realiza este lucro para o capitalista. Mas não é este o caso [...] Os esquemas demonstram precisamente quem compra os produtos.¹⁷

Os exemplos citados bastam. Eles demonstram quanta razão tinha Henryk Grossmann quando escreveu:

Os neo-harmonicistas idealizam o esquema do equilíbrio não porque seja um excelente instrumento metodológico para a análise, mas porque – confundindo o método de investigação com os fenômenos a investigar – acreditavam poder deduzir do esquema de equilíbrio a tendência ao equilíbrio do capitalismo.¹⁸

Porém, como se pode explicar esse erro dos austromarxistas? Como puderam incorrer numa confusão tão elementar?

Por certo que não basta dizer que nesse caso “o desejo foi o pai da idéia” e que os austromarxistas, atolados até as orelhas na praxis reformista, rejeitavam instintivamente a idéia de um colapso econômico da ordem social imperante (do mesmo modo que também a necessidade histórica do colapso da monarquia austro-húngara e o ocaso das potências do centro da Europa lhes pareciam inimagináveis). Por certo que esses motivos inconscientes desempenharam um papel importante. Mas nos parece que também deve se atribuir seu erro a uma escassa compreensão da metodologia econômica de Marx.

Pois se se interpreta essa metodologia no sentido da ciência positiva (isto é, se a despojamos de seu caráter essencialmente dialético), não é por certo fácil distinguir o método econômico de Marx do procedimento conceitual da “teoria acadêmica”, que elimina primeiramente determinados traços individuais e particulares dos fenômenos econômicos (método da “abstração”), para depois incorporar novamente esses mesmos traços, por etapas (método da “concreção sucessiva” ou da “aproximação”). Mas posto que esses traços individuais e particulares só são eliminados ou reintroduzidos exteriormente, isto é, sem intermediação dialética alguma, é fácil que se produza a ilusão que não existe uma “ponte” qualitativa entre o “abstrato” e o “concreto”.¹⁹ Então se poderá pensar por certo que o modelo teórico contém de fato (ainda que de modo simplificado) todos os elementos essenciais do objeto concreto investigado, do mesmo modo que, por exemplo, uma fotografia feita de grande altura revela todos os elementos fundamentais de uma paisagem, ainda que nela só se tornem visíveis cadeias montanhosas, grandes rios, bosques, etc... Mas se se concebe desta maneira as relações recíprocas entre o “abstrato” e o “concreto”, então tem-se que passar por cima da necessária “contradição entre a lei geral e situações concretas mais desenvolvidas”,²⁰ então cai-se na ilusão que a imagem abstrata reflete simplesmente as condições concretas, sem “modificações” de qualquer índole. E precisamente esta foi, a nosso juízo, a fonte metodológica do erro dos críticos austromarxistas de Rosa Luxemburg, que se esqueceram que as fórmulas abstratas do tomo II de *O capital* só constituem uma “etapa da análise”,²¹ pelo que não se pode aplicá-las diretamente à rea-

lidade capitalista concreta, já que para isto se requer muitos “elos intermediários”. Em outras palavras: os austromarxistas misturavam duas fases diferentes da análise de Marx, e por isto tinham que se desviar. Desta maneira, seu desdém pela dialética marxista se vingou deles.

QUAL É A PREMISSE FUNDAMENTAL DOS ESQUEMAS DA REPRODUÇÃO DE MARX?

Já salientamos no capítulo 3 deste trabalho²² como a categoria do valor de uso também influi nas relações de produção social. A este respeito diz Marx, já no começo de sua análise do processo produtivo no tomo II:

Enquanto examinávamos no plano do individual a produção de valor e o valor do produto do capital, a forma natural do produto mercantil era absolutamente indiferente para a análise: tanto dava que se compusesse, por exemplo, de máquinas de cereais ou de espelhos. Estávamos sempre diante de exemplos, e qualquer ramo da produção podia servir, da mesma maneira, para ilustrar nossa exposição [...] Na medida em que se levava em conta a reprodução do capital, bastava supor que a parte do produto mercantil que representa o valor de capital encontra, dentro da esfera da circulação, a oportunidade de reconverter-se em seus elementos de produção e por conseguinte de recuperar sua figura de capital produtivo; exatamente como bastava supor que o operário e o capitalista encontravam no mercado, pre-existentes, as mercadorias em que gastavam o salário e a mais-valia. [Contudo] esta maneira puramente formal da exposição já não basta quando se trata de considerar o capital global social e o valor de seu produto. A reconversão de uma parte do valor do produto em capital, o ingresso de outra parte no consumo individual da classe dos capitalistas, assim como da classe operária, conformam um movimento dentro do próprio valor do produto, valor que é resultado, por sua vez, do capital global; e esse movimento é não só reposição de valor, mas também de matéria, e daí que esteja tão condicionado pela inter-relação dos componentes de valor do produto social como por seu valor de uso, sua figura material.²³

Citamos de forma tão detalhada esta passagem que, na redação definitiva do tomo II, é interrompida,²⁴ porque vemos nela o indício para uma melhor compreensão dos esquemas da reprodução de Marx. O que Marx tem em vista aqui é, evidentemente, a antítese (amiúde mencionada no curso de nosso trabalho) entre valor de uso e valor de troca, com a qual já nos encontramos por ocasião da análise do valor e do dinheiro, mas que penetra todo o sistema da economia burguesa. Por outra parte, a análise do processo de produção e circulação do capital individual realizada por Marx podia despertar a impressão que da produção capitalista lhe interessava somente a formação do valor e da mais-valia. Mas agora, ao considerar a reprodução do capital social, resulta que essa formação do valor e da mais-valia se encontra com uma barreira que não havíamos levado em conta na análise realizada até este momento: a barreira do “valor de uso elevado à potência social”.²⁵ Para reproduzir seu capital, a “sociedade”, vale dizer, o “capitalista total”, deve dispor não só de um fundo de valor, mas também encontrar esses valores numa forma de uso determinada – na forma de máquinas, de matérias-primas, de meios de vida – e tudo isso nas proporções determinadas pelas exigências técnicas da produção. A formação do valor e da mais-valia já se encontra vinculada aqui, pois, por motivos técnicos, ao “metabolismo social”, mesmo quando façamos abstração da necessidade de se vender as mercadorias produzidas, de encontrar compradores para elas.

Mas, por acaso, isto significa que, em última instância, o sistema econômico capitalista tem não obstante por finalidade a satisfação das necessidades produtivas e consumidoras da sociedade? De maneira nenhuma. O traço de caráter mais saliente desse sistema econômico é e continua sendo seu anseio insaciável de lucros sempre crescentes. Por isso, são produzidos somente “bens” ou valores de uso tais que também sejam, ao mesmo tempo, valores; e, nesse caso, as necessidades humanas materiais só são satisfeitas na medida em que sua satisfação pareça imprescindível para a elevação da mais-valia. Assim, por exemplo, os criadores de toda a riqueza social – os operários – têm grandes necessidades (e afortunadamente sempre crescentes); mas só podem satisfazer essas necessidades se sua força de trabalho é uma mercadoria vendável no mercado, e a mesma só pode ser vendida se ao mesmo tempo se revela como criadora de mais-valia. É igual o caso dos assim denominados “fatores objetivos”: até as máquinas e procedimentos de produção mais aperfeiçoados só são empregados se prometem aumentar a taxa de lucro. E, finalmente, também o próprio “capitalista total” vê-se restringido em suas comodidades e gozos pela necessidade da constante acumulação do capital. Por isso, inclusive, se do ponto de vista do processo da reprodução social, a categoria do valor aparece como condicionada pela do valor de uso, na economia capitalista essa última mesma se encontra totalmente submetida ao valor e à formação do valor. E precisamente essa antinomia de finalidades reciprocamente contraditórias, essa constante inter-relação das categorias do valor e do valor de troca – que não obstante devem se tornar compatíveis – não deve ser perdida de vista quando falamos da reprodução do capital social global, tal como Marx a investiga.

Evidentemente, a possibilidade fundamental da solução dessa antinomia só pode ser exposta recorrendo-se a um modelo sumamente abstrato e simples; e exatamente tal modelo é que fornece os esquemas da reprodução de Marx, que dividem toda a produção social em dois grandes departamentos – o das indústrias dos meios de produção e o das indústrias dos meios de consumo – e que fazem com que ambos os departamentos trabalhem um para o outro reciprocamente. Para poder repetir o processo da produção, cada um dos departamentos deve velar especialmente pela substituição do valor de seus elementos de produção; mas só pode fazê-lo se toma uma parte desses elementos de produção do outro departamento, numa forma materialmente apropriada. Mas, por outra parte, cada departamento só pode conseguir a posse dos valores de uso que necessita se os obtém do outro mediante a troca de equivalentes de valor. Essa dependência recíproca de “substituição do valor” e “substituição de material” sociais se expressa claramente nos esquemas da reprodução; mas tais esquemas só podem exibir essa dependência separando estritamente entre si ambos os departamentos e limitando severamente suas relações mútuas, de forma exclusiva, à troca de equivalentes de mercadorias. Essa pretensa “rigidez” das premissas fundamentais dos esquemas corresponde, portanto, mais exatamente à tarefa que deviam resolver em primeira instância; e quando vários teóricos (Tugan-Baranovski, Otto Bauer e outros) empreenderam tentativas de “melhorar” os esquemas de Marx mediante a introdução de condições menos estritas, aproximando-os assim da realidade concreta, só demonstraram com isto o pouco que compreenderam do sentido e da estrutura desses esquemas.

Por sua vez, poderia se objetar aqui: que finalidade pode ter, além do mais, explicar a possibilidade da solução do conflito entre valor de uso e valor, tal como se manifesta no processo da reprodução social, por meio de um modelo teórico, se na prática capitalista esta solução se impõe por milhares e milhões, por meio do

ajuste dos preços das mercadorias às necessidades sociais, mediante a falência de empresários individuais, etc.? Por certo que é assim; mas a prática capitalista nos mostra também o fenômeno das crises econômicas, nas quais se expressa precisamente a impossibilidade periodicamente recorrente de solução do conflito e nas quais “explodem as contradições e antinomias da produção burguesa”.²⁶ Mas deste ponto de vista, reveste-se certamente de interesse teórico o problema de em que medida pode ser superada em princípio a antinomia de valor de uso e valor de troca na ordem econômica capitalista, e os esquemas da reprodução do tomo II, dedicados a responder a esta interrogação, podem prestar excelentes serviços.

OS ESQUEMAS DA REPRODUÇÃO E O PROBLEMA DA REALIZAÇÃO

Isto é tudo acerca da premissa fundamental dos esquemas da reprodução do tomo II, a saber, que as relações de troca entre os dois grandes departamentos da produção social devem concordar reciprocamente, tanto do ponto de vista do valor como do valor de uso, se devem ser mantidas as condições de equilíbrio da reprodução do capital social global. (É necessário destacar esta *conditio sine qua non* dos esquemas porque na literatura marxista se passou – lamentavelmente – por cima dela.)

Naturalmente que não é este o único aspecto que se oferece na consideração dos esquemas da reprodução, nem a única tarefa que Marx tenha se colocado ao formular tais esquemas. Ao contrário, sua finalidade era esboçar – seguindo o exemplo de Quesnay – um novo “*Tableau économique*”, que reunisse “os incontáveis atos individuais de circulação” da superfície da sociedade burguesa “em seu movimento social de massas característico”, isto é, na “circulação entre grandes classes econômicas da sociedade, funcionalmente determinadas”.²⁷ Por conseguinte, também para os esquemas da reprodução do tomo II vale o que disse Marx acerca do *Tableau* de Quesnay: que também eles se colocam como objetivo “a representação de todo o processo de produção do capital como processo de reprodução” (aparecendo a circulação como uma mera forma do processo de reprodução), mas, ao mesmo tempo, de incluir nesse processo de reprodução não só “a origem da renda e da troca entre capital e renda”, mas também “a relação entre o consumo reprodutivo e o consumo definitivo” e a “circulação entre consumidores e produtores”.²⁸ Só que o propósito científico de Marx aparece como incomparavelmente mais complexo e difícil que o de Quesnay. Em primeiro lugar, para Quesnay o valor ainda coincidia com o valor de uso,²⁹ de modo que para ele nem sequer podia existir mesmo a questão fundamental da antinomia entre valor de uso e valor de troca. E, em segundo lugar, em Quesnay trata-se ainda da reprodução simples, enquanto que para Marx necessariamente o problema da reprodução ampliada do capital social ocupa o centro do interesse. Correspondentemente, os esquemas da reprodução de Marx devem demonstrar não só como são substituídos reciprocamente todas as partes componentes do valor anual do produto da sociedade ($c + v + m$), mas também como uma parte da mais-valia produzida em cada caso pode ser dedicada à ampliação da produção capitalista, coisa que pressupõe, naturalmente, a troca regular desses componentes do valor, sua realização no mercado. E, neste sentido, os esquemas da reprodução do tomo II só podem ser considerados como uma solução (provisória) do assim denominado problema da realização.

A história da economia política registra em sua totalidade três soluções para o problema da realização.

A primeira solução remonta a James Mill, David Ricardo e Jean-Baptiste Say. Todos estes economistas acreditavam poder resolver o problema da realização

da mais-valia mediante o recurso de equiparar a produção capitalista à produção mercantil simples, mas reduzindo ingenuamente esta última à mera troca de produtos. Posto que cada produção – afirmam – cria sua própria demanda, e dado que os produtos sempre são trocados, em última instância, por produtos, existe um “equilíbrio metafísico” de compradores e vendedores. Por isto podem ser vendidas finalmente todas as mercadorias no mercado, sempre que sejam produzidas em quantidades corretas, em proporções corretas. Assim, bem se pode dizer que para os economistas nomeados, o problema da realização não existia na realidade, que a seus olhos esse problema se reduzia ao problema da proporcionalidade dos diversos ramos da produção social.

Totalmente diferente era a posição tomada pelo crítico contemporâneo da escola clássica, Sismondi. Sendo como foi o primeiro dos economistas burgueses que tomou consciência do caráter especificamente histórico do modo de produção capitalista, Sismondi via nas mercadorias que apareciam no mercado não puros e simples “produtos”, mas produtos do capital. Isto significa que, por ocasião de sua produção, o proprietário do capital obtém um incremento de valor (*mieux valeur*), não “porque o produto de sua empresa reporta mais do que importavam os custos de produção, mas porque não paga todos os custos de produção completos, porque não dá ao operário um salário suficiente por seu trabalho”.³⁰ É justamente esse incremento do valor, esse “sobreproduto”, que constitui a fonte da acumulação do capital. Mas como pode ser vendido o sobreproduto, se os operários que o produziram só podem recomprar uma parte do produto, correspondente ao salário recebido por seu trabalho, e se, por outra parte, os próprios capitalistas não consomem eles mesmos todo o sobreproduto, já que uma parte dele deve ser capitalizada? Sismondi via nisto uma dificuldade insuperável; pensava que a realização do sobreproduto seria impossível em última instância, salvo se fosse vendido no exterior, valorizando-o desta maneira.

Mas qual foi a solução que Marx deu para o problema? Sua solução pode ser considerada como uma síntese singular das concepções de Ricardo e de Sismondi. Marx não negava certamente que a realização da mais-valia constitui um dos problemas mais espinhosos da economia burguesa. Contudo, rejeitou categoricamente as dúvidas de Sismondi acerca da possibilidade da realização. Segundo ele, de fato a produção capitalista cria seu próprio mercado e também “resolve” neste sentido a dificuldade da realização da mais-valia. Mas não a resolve abolindo esta dificuldade por completo, mas só “criando a forma” dentro da qual “pode se mover”, vale dizer, relegando a dificuldade da realização a “uma esfera mais ampla”, ao “abrir-lhe um campo de ação mais dilatado”.³¹ Por isto, a solução dialética do problema da realização só pode residir no progresso do modo de produção capitalista, na constante extensão de seus mercados interno e externo. Mas, deste ponto de vista, a reprodução ampliada do capital não é “impossível” (como parecia ser para Sismondi) nem pode prosseguir até o infinito (como acreditavam os clássicos), posto que o modo de produção capitalista mesmo deve reproduzir suas contradições internas numa escala cada vez mais elevada, até que a “espiral” do desenvolvimento capitalista (imagem tomada de Sismondi) atinja o seu fim.

Não se pode perder de vista esta dialética do problema da realização se queremos compreender com clareza o sentido e a transcendência das discussões relativas aos esquemas da reprodução contidos no tomo II de *O capital*, discussões que se estendem ao largo de mais de meio século.

A DISCUSSÃO ENTRE OS *NARODNIKI* E OS MARXISTAS “LEGAIS” RUSSOS

Curiosamente, os esquemas da reprodução do tomo II de *O capital* permaneceram inadvertidos na literatura marxista alemã durante quase duas décadas. Somente Kautsky lhes dedicou duas linhas em sua apresentação do tomo II de *O capital* (1885): “Finalmente, a acumulação da mais-valia, a ampliação do processo de produção produzem ulteriores complicações.”³² E isso foi literalmente tudo o quanto se disse durante esses decênios sobre os esquemas da reprodução. Só o livro do professor russo Tugan-Baranovski, publicado em 1902 em tradução alemã, atraiu a atenção dos teóricos marxistas alemães para a análise do processo da reprodução social feita por Marx; mas só em 1909 ela foi tratada detalhadamente em *O capital financeiro*, de Hilferding.

Talvez não seja tão difícil explicar esta curiosa circunstância. Evidentemente não existia então, na Europa ocidental e central, nenhum motivo social de atualidade que levasse os teóricos da II Internacional a discutir o conjunto de temas da seção terceira do tomo II de *O capital*. Assim, o volume ficou totalmente esquecido nas prateleiras e bibliotecas...

Muito diferente era a situação na Rússia, onde, precisamente na época da publicação do tomo II de *O capital*, a intelectualidade progressista se encontrava agitada pela disputa em torno da possibilidade ou da necessidade do desenvolvimento capitalista da Rússia. Aí, ambos os grupos – tanto os *narodniki*, que colocavam em dúvida essa possibilidade, como os marxistas, que a defendiam – se apoderaram das análises do tomo II para encontrar precisamente nelas o arsenal de respostas aos problemas que tão candente interesse tinham para eles.³³ E só então se manifestou claramente a grande significação teórica dessas análises.

A DISCUSSÃO ENTRE ENGELS E DANIELSON

O teórico mais renomado dos *narodniki* foi o tradutor de *O capital* de Marx, Nicolai Danielson, que, desde a morte de Marx, mantinha uma ativa troca de cartas com Engels.

Já em sua carta de 3 de fevereiro de 1857, Danielson comunica a Engels que tem a intenção de escrever um livro que ofereça “ao público leitor uma explicação de nossa vida econômica e suas tendências evolutivas à luz da teoria do autor”, isto é, de Marx.³⁴ Engels naturalmente aprovou o plano de Danielson, destacando o quão importante seria “demonstrar como se poderia aplicar a teoria de nosso autor à vossa situação”.³⁵ Mas só muitos anos depois, quando Danielson já havia começado a trabalhar em seu livro, se deu uma animada discussão entre ele e seu correspondente londrino, que mostrava ao mesmo tempo a grande distância que separava a ambos quanto a suas premissas teóricas.

Em minha última carta – escrevia Danielson, em 24 de novembro de 1891 – quis apresentar-lhe uma versão russa da “criação do mercado interno para as classes industriais”, quis demonstrar como tem lugar “a aniquilação da indústria rural subsidiária, o processo de divisão entre manufatura e agricultura”, para demonstrar que “só a aniquilação da indústria doméstica rural pode conferir ao mercado interno de um país a extensão e a estabilidade que requer o modo de produção capitalista”.³⁶ Quis atrair sua atenção sobre a peculiaridade de nossa situação: aparecemos no mercado mundial numa época na qual o modo de produção capitalista e o

progresso técnico que se baseia naquele conseguiram a supremacia [...] Como resultado temos, por uma parte, um campesinato que se empobrece constantemente e, por outra, uma indústria cada vez mais concentrada e tecnicamente mais avançada, mas totalmente dependente das oscilações do mercado interno (isto é, precisamente do grau de divisão entre a indústria e a agricultura [...]).³⁷

Por conseguinte, já nessa carta aparecem as dúvidas de Danielson acerca de se o capitalismo poderá chegar também na Rússia a seu pleno desenvolvimento. Mas só em sua carta de 24 de março de 1892 manifesta claramente o seu ceticismo a respeito desse ponto.

“Liberamos” de sua terra – escrevia – de 20 a 25% de nosso campesinato. Os camponeses vagam agora pelo campo, em busca de trabalho [...] O que farão? Ir para as fábricas? Mas sabemos que o número de operários empregados na indústria atual diminui constantemente [...] Quantos operários pode absorver nosso próprio mercado interno até estar totalmente saturado? “Os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas como vendedores de sua mercadoria – a força de trabalho – a sociedade capitalista tem a tendência de reduzi-los ao mínimo do preço”³⁸ [...] Aqui temos nosso ponto de partida, nosso mercado interno [...] Uma nação capitalista resolve a contradição que o nosso autor destaca, mediante a extensão de seus mercados externos. Mas como podemos nos livrar desta contradição? Do mesmo modo que não é possível imaginar uma fábrica cuja produção estivesse exclusivamente orientada para o consumo dos operários que ela mesma ocupa, também impossível parece uma nação capitalista sem mercados externos.⁴⁰ E precisamente por isto cada uma das nações capitalistas coloca em jogo todas as suas energias para conquistar os mercados de suas rivais; sem mercado não existe capitalismo algum.

Mas como poderia a Rússia chegar a possuir mercados externos?

Ingressamos na arena mundial num momento em que todos os esforços de nossos concorrentes estão tensos ao máximo, no qual devem dar-se por satisfeitos inclusive com a menor taxa de lucro [...] Por isto, parece que nosso amado bebê, o capitalismo, que destrói os fundamentos da indústria doméstica camponesa, mas que não dispõe de um mercado interno nem de mercados externos, não possui entre nós uma base de desenvolvimento firme.⁴¹

É evidente que Danielson se equivocava; mas em que consistia a fonte de seu erro? Tinha razão quando afirmava que nem os operários e uma fábrica capitalista individual nem uma nação capitalista estavam em condições de “recomprar” todo o produto de seu trabalho, mas sempre podiam comprar aquela parte de seu produto que correspondesse a seu salário (não $v + mv$, mas somente v); e também tinha razão quando via na desproporção entre o importe total dos salários e a magnitude do produto do valor novo criado pelos operários uma das contradições marcantes do modo de produção capitalista.⁴² Contudo, não se deve considerar estaticamente este problema, tal como ele o faz. Pois, enquanto a acumulação avança e uma parte da mais-valia acumulada é empregada para ocupar força de trabalho adicional, estes novos operários ajudarão a realizar, por meio do gasto de seus salários, uma e outra vez, a mais-valia criada no período de produção anterior. Certamente, os novos operários empregados criam por sua vez um produto de valor cuja magnitude deve exceder à soma total de seus salários, e desta maneira a contradição anteriormente mencionada se reproduz constante-

mente, de novo, em um novo plano... Esta consideração dialética do problema é, contudo, fundamentalmente diferente da idéia abstrata, e, por isto, extremamente simplificada (“linear”) do populista russo.

Como Engels reagiu diante da carta de Danielson? Por acaso discutiu a existência do próprio problema, declarou que era (como faziam os adversários russos dos *narodniki*) um “mal-entendido”? De maneira nenhuma. Por certo que salientou energicamente que, segundo a doutrina de Marx, havia que se buscar uma solução do conflito entre a tendência ilimitada para a valorização do capital e o limitado poder de consumo da sociedade capitalista, antes de mais nada (mas não exclusivamente!) na expansão da ordem social capitalista, na criação do mercado interno. Mas concedia a seu correspondente que se tratava de um processo penoso e cheio de contradições, especialmente para um país que, como a Rússia, havia ingressado relativamente tarde no caminho do desenvolvimento capitalista e que não dispunha de mercados externos dignos de menção. Pois, enquanto

a indústria russa estiver restrita ao mercado interno, a produção só poderá cobrir o consumo interno. E este só pode crescer lentamente [...] Pois uma das manifestações secundárias necessárias da grande indústria é que a mesma destrói seu próprio mercado, exatamente em virtude do processo mediante o qual o cria. O cria pela destruição dos fundamentos da indústria doméstica camponesa. Mas o campesinato não pode viver sem indústria doméstica. Enquanto camponeses estão arruinados, seu poder aquisitivo está reduzido a um mínimo, e até que tenham se estabelecido em novas condições de existência enquanto proletários, só oferecerão um mercado sumamente pobre para as fábricas de criação recente.

Mas o modo de produção capitalista estaria “cheio de contradições internas” e “a tendência para destruir seu próprio mercado interno ao mesmo tempo que o gera, é uma delas”. Outra contradição seria “a situação sem saída” à qual deve levar o capitalismo em última instância, “e que num país sem mercado externo – como a Rússia – sobrevém mais rapidamente que em países mais ou menos capazes de competir no mercado público mundial”. (“Estes últimos – agrega – podem lançar mão dos meios heróicos da política comercial, a abertura coercitiva de novos mercados.”)⁴³

E Engels pôs termo à discussão com Danielson numa carta posterior, com as seguintes palavras:

De boa vontade lhe concedo que, quanto à Rússia, é o último país que foi conquistado pela grande indústria capitalista, é ao mesmo tempo também um país com uma população camponesa incomparavelmente maior que todos os demais países, a transformação ocasionada pela revolução econômica deve ser mais profunda e aguda que em qualquer outra parte. O processo de substituição de não menos que 500.000 grandes latifundiários e aproximadamente 80 milhões de camponeses por uma nova classe de proprietários burgueses da terra só pode ser conseguido às expensas de terríveis comoções e padecimentos. Mas a história é certamente a mais cruel de todas as deusas e seu carro triunfal passa por sobre montanhas de cadáveres, não só na guerra, mas também no desenvolvimento econômico “pacífico”.⁴⁴

INTERPRETAÇÃO DE BULBAKOV E DE TUGAN-BARANOVSKI DA ANÁLISE MARXIANA DA REPRODUÇÃO AMPLIADA

Diferentemente de Engels, os adversários russos dos *narodniki* “pegam o touro pelos chifres”. Antes de tudo, descobrem a insuficiência teórica da doutrina

dos populistas, para o que se apóiam com grande habilidade na análise de Marx da reprodução do capital social global. Mas demonstram “muito”, como observara acertadamente Rosa Luxemburg:

Tratava-se de se o capitalismo era capaz de desenvolver-se em geral e na Rússia em particular, e os marxistas indicados expuseram tão a fundo esta capacidade que demonstraram inclusive teoricamente a possibilidade da duração eterna do capitalismo.⁴⁵

O que chama a atenção nos ensaios e livros em questão dos marxistas legais russos é que também eles (como mais tarde os austromarxistas) confundem permanentemente a análise abstrata de Marx com a realidade capitalista, extraindo dessa análise, assim, conclusões que de nenhuma maneira aparecem como justificadas.

Isso se revela claramente inclusive no mais bem dotado e “ortodoxo” dos marxistas legais, Serguei Nikoláievich Bulgakov.⁴⁶ De fato, Bulgakov compreendia claramente que os esquemas de Marx

não levam em conta nem os ciclos industriais nem as crises periodicamente recorrentes e que por isto não podem representar com exatidão o verdadeiro curso da vida econômica. O que importa – dizia – é que mostrem, em princípio, a possibilidade da reprodução ampliada e que esta possibilidade se converta em realidade.⁴⁷

Contudo, apesar dessas reservas, Bulgakov está convencido de que precisamente esses esquemas, tais como são, oferecem a solução total e definitiva do problema da realização:

Os problemas mais importantes da teoria dos mercados – escreve – são resolvidos mediante a análise da troca entre os dois departamentos [os departamentos I e II]. Uma investigação tal demonstra onde se encontra a venda para a mais-valia, como circulam aquelas partes do produto-mercadoria dos diversos capitais que constituem o valor do capital constante consumido e finalmente como é possível o consumo do salário e da mais-valia daquelas empresas que produzem produtos inconsumíveis.⁴⁸

Em outro parágrafo do livro diz:

A principal dificuldade na análise do processo da reprodução ampliada consiste em explicar como é possível a extensão da produção em I e II, em que pese que o primeiro departamento só produz capital constante e o segundo só produz capital variável. Esta dificuldade é eliminada ao acumular I capital constante para si mesmo e para II, enquanto II acumula capital variável para si mesmo e para I. Por conseguinte, a dificuldade da acumulação se reduz à troca daquelas partes do produto que cada departamento acumula para o outro.⁴⁹

Até aqui não há objeções. Por certo que Bulgakov passa por cima que a solução do problema da realização que os esquemas oferecem é só uma solução num plano sumamente abstrato e que, exatamente por isto, não pode ser uma solução total. Mas, fora isto, nada há que objetar suas manifestações. Todavia, não contente com isto, Bulgakov vai muito mais longe ainda: já que nos esquemas do tomo II os departamentos I e II dependem exclusivamente de forma recíproca e nenhum deles necessita de outros compradores, esboça um quadro grotesco da auto-suficiência absoluta da produção capitalista, não só no mundo hipotético dos esquemas, mas também na realidade. “O senhor Tugan-Baranovski – afirma – tem toda razão quando afirma que a produção capitalista cria, por seu mero

crescimento, um mercado que se expande ininterruptamente e que o grau de extensão deste mercado só depende da existência das forças produtivas.”⁵⁰

Mas, por que Tugan-Baranovski tem razão? Simplesmente porque nos esquemas de Marx, o departamento I que produz meios de produção inaugura, a partir do primeiro ano, “uma demanda independente” dos meios de consumo do departamento II, enquanto esta inicia uma demanda da mesma natureza a respeito dos meios de produção de I:

Deste modo se forma, já no começo da produção capitalista, um círculo fechado no qual a produção capitalista não depende de nenhum mercado externo, mas se basta a si mesma e na qual está em condições de crescer, por assim dizer automaticamente, mediante a acumulação.⁵¹

E num dos últimos capítulos de seu livro, Bulgakov chega a afirmar com clareza meridiana que o “único mercado para os produtos da produção capitalista é esta própria produção”, e que, portanto, também “a única e exclusiva barreira da ampliação da produção reside no próprio capital e em suas necessidades de crescimento”.⁵²

Como vemos, apesar de sua ortodoxia marxista, Bulgakov conseguiu conferir aos esquemas de Marx um sentido que não diferenciava essencialmente das concepções harmonicistas de Ricardo, MacCulloch e Say. Mas como pretendia compatibilizar essa interpretação com as numerosas manifestações de Marx acerca da “limitação do consumo das massas” enquanto “razão última de todas as crises verdadeiras”? Ou, em outras palavras, como a limitada capacidade de consumo da sociedade influi na realização do produto em geral e na realização da mais-valia em particular?

Bulgakov acreditava ter respondido a esta pergunta quando dizia:

O consumo, a satisfação das necessidades humanas, só constitui um fator subsidiário da circulação do capital. Porque o volume da produção é determinado pelo volume do capital e não pelo volume das necessidades sociais. Por isto, a ampliação da produção não só não deve ser acompanhada por um crescimento do consumo, mas até existe um antagonismo entre ambos [...] Como vimos, a produção capitalista tende a diminuir relativamente tanto a participação do capital variável como o fundo de consumo dos capitalistas. Assim pode-se dizer que o desenvolvimento da produção faz diminuir o consumo [...] Evidentemente, a produção capitalista deve a sua ampliação especialmente ao departamento I, a produção do capital constante, e só uma parte relativamente pequena deve ser creditada à conta do departamento II, que produz diretamente para o consumo.

E isso só, prossegue dizendo Bulgakov,

salienta com suficiente clareza o papel que cabe ao consumo na produção capitalista e mostra onde deve ser buscado o mercado principal para as mercadorias capitalisticamente produzidas. [Dessa maneira] a produção capitalista pode ser ampliada ilimitadamente até dentro dos estreitos limites do motivo do lucro e das crises [...] independentemente do consumo e inclusive quando este diminui. [Certamente] a produção capitalista expia mediante a crise o fato de desviar-se do verdadeiro objetivo da produção. Contudo, é dependente do consumo.⁵³

Como se vê, Bulgakov reconhece que a importância do consumo social tem sua expressão em crises econômicas periodicamente recorrentes. Mas nega que as crises

tenham alguma coisa a ver com o problema da realização; em conseqüência dele, aquelas resultam somente do desenvolvimento díspar dos diversos ramos da produção, pelo que se deve considerá-las como meras crises de desproporcionalidade. Pois

a única e fundamental condição para a possibilidade da reprodução ampliada consiste na proporcionalidade dos diferentes ramos da produção. Se esta condição se dá, as dimensões da produção se tornam determinadas somente pela magnitude da acumulação do capital, pela necessidade de seu crescimento.⁵⁴

E exatamente nesse sentido teria que ser interpretado tudo o que Marx disse acerca das crises.

O problema dos mercados externos ocupa um lugar especial na obra de Bulgakov. Nele vê “o dogma fantástico em virtude do qual o modo de produção capitalista requer imprescindivelmente mercados externos”. Nega isto com toda ênfase. Segundo Rosa Luxemburg, seu argumento principal está em que, desde Sismondi até os *narodniki*,

os céticos consideram todo o comércio externo como “um abismo insondável” dentro do qual o excedente da produção capitalista que não pode ser colocado no interior desapareceria para nunca mais aparecer. Ao contrário, Bulgakov destaca triunfalmente que o comércio externo não é de modo algum um “abismo” e menos ainda “insondável”, que constitui uma espada de dois gumes e que a exportação sempre corresponde também à importação, mantendo-se aproximadamente ambas em equilíbrio. Por conseguinte, o que sai por uma fronteira, entra por outra, só que na forma de uso modificada. “É mister encontrar lugar para as mercadorias importadas que representam o equivalente das mercadorias exportadas dentro dos limites do mercado de vendas dado, mas posto que não há lugar, o fato de correr em auxílio da venda externa só acarreta novas dificuldades”.⁵⁵

À primeira vista, o argumento de Bulgakov parece sumamente convincente, tanto mais quando ele pode se remeter à conhecida passagem do tomo II de *O capital* na qual Marx declara que a incorporação do comércio externo à análise do processo da reprodução social não conta.⁵⁶ Mas não se deve passar por cima, como já falamos repetidamente, do fato que no tomo II Marx só considera a reprodução do capital social em sua “forma fundamental”,⁵⁷ isto é, num plano totalmente abstrato. Nessa etapa da análise, a incorporação do comércio externo de fato “só pode confundir sem contribuir com nenhum fator novo nem para o problema nem para sua solução”.⁵⁸ Mas quando nos aproximamos das condições concretas mais desenvolvidas – como já salientara Rosa Luxemburg em sua polêmica com Bulgakov – a coisa toma outro sentido. Aqui, surgem dificuldades de realização que não puderam ser levadas em conta nos esquemas do tomo II,⁵⁹ que podem ser minimizadas precisamente mediante o comércio externo, em maior ou menor prazo.

Assim, as mercadorias importadas podem ser diretamente empregadas no processo de produção. A “modificação da forma do consumo” não terá sido então outra coisa que justamente o ato de realização do valor das mercadorias exportadas. (Por exemplo, se os fabricantes ingleses exportavam tecidos e importavam algodão, isto era *pro tanto* ao mesmo tempo também uma solução para seu “problema de realização”, já que dessa maneira ficavam em condições de transformar uma parte da mais-valia por eles acumulada nos elementos de produção necessários para a ampliação de suas empresas.) Por outra parte, o próprio Bulgakov admite que “uma superprodução parcial de uma ou de algumas mercadorias pode

ser superada se o excedente pode ser exportado e colocado em mercados estrangeiros. Nesse caso, o comércio exterior desempenha o papel de válvula de segurança que pode proteger um país de uma crise de superprodução parcial ou geral”.⁶⁰ (Mas isso só significa que o país em questão encontrará no comércio exterior o caminho para a realização de seus excedentes de mercadorias.) Portanto, se se trata de ramos de indústria e de países individuais no mundo capitalista concreto, o argumento de Bulgakov perde todo o poder de convicção.

Depois de ter negado qualquer vinculação teórica entre o problema da realização e o problema do comércio exterior, Bulgakov teve que construir uma teoria especial de comércio externo que, no dizer de Rosa Luxemburg, “tomara de empréstimo não de Marx, em todo caso, mas dos eruditos alemães da economia política burguesa”. Nessa teoria

não há lugar, de fato, para o comércio externo. Se o capitalismo cria em cada país, imediatamente no início de sua evolução, este “círculo fechado” consciente, dentro do qual gira como um gato procurando morder seu próprio rabo, e “se basta a si mesmo”, cria para si mesmo um mercado sem limitações e é seu próprio ferrão que o impulsiona para a ampliação; então, todo país capitalista é também, economicamente, uma totalidade fechada que “se basta a si mesma”.⁶¹

Desse ponto de vista, “a necessidade do mercado externo para um país capitalista está condicionada por causas que não se encontram enraizadas na organização da própria produção capitalista, mas são externas a essa organização”,⁶² e essas causas só podem ser de índole “histórica” ou “geográfica”.⁶³ Assim, por exemplo, a Inglaterra deve compensar por meio de importações, etc., certas deficiências atribuíveis a seu clima e às características de seu solo. Mas isso não vale para países grandes, semelhantes a continentes, como os Estados Unidos ou a Rússia, que podem produzir por si mesmos todas – ou quase todas – as matérias-primas e meios de vida.⁶⁴ Não surpreende, pois, que, diferentemente dos *narodniki*, Bulgakov previsse para o capitalismo russo, ainda nos cueiros, “um grande e brilhante futuro”,⁶⁵ mantendo inclusive a esperança de que a Rússia logo estaria em condições de derrotar seus concorrentes no mercado mundial...⁶⁶ Certamente, um curioso ideal para um partidário da doutrina marxista. Mas Bulgakov não era o único que corria atrás de semelhantes ideais.

Ocupemo-nos agora de outro adversário dos populistas, o professor russo Tugan-Baranovski que, apesar de ser menos talentoso e original que Bulgakov, conquistou não obstante grande prestígio no Ocidente, e cujos trabalhos influenciaram no pensamento dos teóricos social-democratas alemães (Hilferding, Otto Bauer) com singular intensidade.

Rosa Luxemburg salientou a diferença entre o porte intelectual de ambos os escritores com grande acerto, quando escreveu:

Do mesmo modo que Bulgakov, também Tugan-Baranovski parte da análise marxista da reprodução social. Também ele encontrou, somente nessa análise, a chave para orientar-se no interior de todo esse confuso e caótico complexo de problemas. Mas enquanto Bulgakov, na medida em que é um entusiasta adepto da doutrina marxista, limita-se a desenvolvê-la fielmente, imputando simplesmente suas conclusões a seu mestre, Tugan-Baranovski, ao contrário, recrimina a Marx, que não teria sabido aproveitar sua própria e brilhante investigação do processo da reprodução [...]

E em outra passagem:

Bulgakov procurava aproveitar com honesto esforço o esquema marxista sobre as condições concretas reais da economia capitalista e da troca capitalista, tentava abrir caminho através das dificuldades que isto representava [...] Tugan-Baranovski não necessita de prova, nem quebra a cabeça: já que é possível resolver satisfatoriamente as proporções aritméticas e continuá-las à vontade, *para ele isso é* justamente uma demonstração de que a acumulação capitalista – na condição da “proporcionalidade” deliberada [...] – pode ser continuada de forma igualmente sem reservas, até o infinito.⁶⁷

Podemos acrescentar que Tugan-Baranovski gostava de levar seus raciocínios ao extremo e perder-se em paradoxos que por certo em nada beneficiavam o valor científico de sua análise. Mas em suas conclusões, o primeiro livro de Tugan⁶⁸ não se diferenciava fundamentalmente do de Bulgakov. Do mesmo modo que este, também Tugan proclama a absoluta auto-suficiência da produção capitalista e sua pretensa independência a respeito do consumo social. Com Bulgakov, ele nega que o impulso para os mercados externos surja de leis imanentes ao capitalismo. E, por último, também ele deriva única e exclusivamente as crises econômicas da desproporcionalidade entre os diferentes ramos da economia. Em todos estes aspectos, ambos os autores devem ser considerados como precursores da posterior corrente “neo-harmonicista” dentro da economia marxista. Por mais que descubramos uma diferença em seus pontos de vista, esta diferença reside muito mais na ênfase, não naquilo que Tugan diz, mas como diz. Basta citar alguns parágrafos de seu livro:

Os esquemas citados [Tugan alude aqui aos esquemas do tomo II modificados por ele] podem demonstrar até à evidência o fundamento, sumamente simples em si [...] a saber, o princípio de que a produção capitalista cria um mercado para si mesma. Se é possível ampliar a produção social, se as forças produtivas são suficientes para isto, então na distribuição proporcional da produção também a demanda deve experimentar uma ampliação proporcional; pois, sob essas condições, cada mercadoria nova produzida representa um novo poder aquisitivo surgido para a compra de outras mercadorias.⁶⁹

Mas se “a extensão da produção é praticamente ilimitada, devemos supor que a extensão do mercado é igualmente ilimitada, pois na divisão proporcional da produção social não há, para a extensão do mercado, outra barreira senão as forças produtivas que dispõe a sociedade”.⁷⁰

Aqui, os esquemas de Marx já são interpretados, sem maiores reparos, à maneira de Say. Contudo, isto não é tudo quanto pretende Tugan-Baranovski deduzir desses esquemas. Em sua opinião, é possível extrair deles

a importantíssima conclusão de que na economia capitalista a demanda de mercadorias é em certo sentido independente do volume total do consumo social: é possível que o volume total do consumo social diminua, e ao mesmo tempo cresça a demanda social total de mercadorias, por mais absurdo que isto possa parecer do ponto de vista do “sadio senso comum”. A acumulação de capital social leva a uma restrição da demanda social de meios de consumo, e ao mesmo tempo a um aumento da demanda social total de mercadorias.⁷¹

Essa afirmação de Tugan encontra-se certamente em contraste direto com os esquemas de Marx, nos quais o avanço da acumulação é acompanhado por um

constante crescimento do consumo social. Por isto, para fortalecê-la, Tugan deve refugiar-se num fator não levado em conta nos esquemas do tomo II: a lei da crescente composição orgânica do capital.

O processo técnico – diz – expressa-se mediante a circunstância que a importância dos meios de trabalho, da máquina, aumenta cada vez em comparação com o trabalho vivo, o próprio operário [...] O trabalhador passa a um segundo plano a respeito da máquina, e ao mesmo tempo passa a um segundo plano a demanda proveniente do consumo do operário em comparação com a demanda que se origina a partir do consumo produtivo dos meios de produção. Todo o movimento da economia capitalista assume o caráter de um mecanismo por assim dizer existente para si mesmo, no qual o consumo do homem aparece como um mero fator do processo da reprodução e da circulação do capital.⁷²

E qual é a conclusão que Tugan tira disto? A conclusão é assombrosamente simples: “As máquinas assumiram o lugar dos operários vivos, os meios de produção substituíram no mercado de mercadorias os meios de consumo”. Desta maneira, “a renda nacional pode diminuir e ao mesmo tempo aumentar a demanda nacional; o aumento da riqueza nacional pode ser acompanhado por uma diminuição da renda nacional, por mais paradoxal que isso possa parecer”.⁷³

Como vemos, aqui Tugan já conseguiu separar por completo a produção do consumo social. Não surpreende então que, num livro posterior,⁷⁴ a fantasia de Tugan o induza a esboçar a imagem de uma sociedade capitalista na qual desapareceu toda a classe operária, com exceção de um único trabalhador, e que este único operário atenda a uma enorme massa de maquinaria para produzir, com sua ajuda, máquinas sempre renovadas, sem que isto leve a uma discrepância entre a produção e o consumo social.⁷⁵

E isto é tudo acerca do “marxismo enlouquecido” de Tugan-Baranovski,⁷⁶ que, não obstante, como já vimos, se distinguia do de Bulgakov mais pelo exagero de suas formulações que por sua essência.

Há certamente um ponto no qual divergiam entre si Tugan e Bulgakov: na apreciação da lei de Say. Enquanto Bulgakov, em sua ortodoxia marxista, assumia uma posição crítica a respeito de Say, Tugan-Baranovski aceitava quase que sem reservas a sua doutrina:

Eu, de minha parte – escrevia referindo-se à doutrina de Say –, não afirmo de maneira alguma que todos os pormenores dessa doutrina [...] sejam corretos. Contudo, considero que o núcleo dessa teoria, isto é, sua idéia principal – de que numa distribuição proporcional da produção social a oferta da mercadoria deve coincidir com sua demanda – não só é correta mas inclusive indiscutível. Tudo o quanto se disse contra essa idéia padece, em minha opinião, de falta de compreensão da mesma.⁷⁷

Mas é preciso admitir que neste sentido Tugan-Baranovski era somente mais conservador que Bulgakov, já que a interpretação harmonicista da teoria marxiana por parte dos marxistas legais só significava, no fundo, uma ressurreição do “otimismo” clássico com uma roupagem marxista. Mas isto revela as inesperadas conseqüências a que pode conduzir a aplicação dos esquemas da reprodução de Marx se os deslocamos do contexto geral de sua doutrina e se os consideramos em si e por si.

A TEORIA DA REALIZAÇÃO DE LÊNIN⁷⁸

Qualificamos Bulgakov e Tugan-Baranovski como precursores da ulterior corrente neo-harmonicista da economia marxista. Mas, não existe o risco que esta afirmação possa nos levar a um atoleiro teórico? Como se sabe, em sua controvérsia com os *narodniki*, esses autores tiveram, durante anos, um aliado no jovem marxista revolucionário Lênin, que compartia com eles muitos de seus pontos de vista neste sentido. Isto significa, talvez, que devemos atribuir a Lênin uma tendência para uma interpretação harmonicista da teoria econômica de Marx? É verdade que, alguns anos mais tarde, Bulgakov e Tugan-Baranovski abandonaram o movimento socialista e se converteram em ideólogos da burguesia liberal russa. Mas não é possível julgar uma teoria científica de acordo com a carreira política de seus representantes, e por isto a ulterior evolução ideológica deles tem tão pouco a ver com esse contexto como a de Lênin.

Porém, o atoleiro de que acabamos de falar talvez não seja tão grande como parece à primeira vista. Recordemos que as teorias econômicas e sociológicas não existem no éter do conhecimento puro, mas quase sempre respondem também a certas exigências sociais. E vista desta maneira, já não poderá nos parecer estranha a circunstância que o jovem Lênin e os marxistas legais tenham sido camaradas de armas.

Os marxistas russos daquela época consideravam que uma de suas principais tarefas era lutar sem trégua contra a ideologia dos populistas, que negavam o papel histórico especial da classe operária russa e pretendiam arrastar novamente o movimento socialista, fazendo-o retornar ao caminho utópico de um socialismo camponês, especificamente russo. Para superar essa ideologia, devia ser demonstrada a insustentabilidade das premissas teóricas em que ela se baseava. Por conseguinte, se os *narodniki* falavam da impossibilidade fundamental da realização da mais-valia na economia capitalista, baseando-se para salientar essa impossibilidade na carência de mercados externos para a burguesia russa, na diminuição do consumo popular e nas crises de superprodução imanentes ao capitalismo, seus adversários marxistas queriam demonstrar que a realização da mais-valia era possível também sem a ajuda dos mercados externos e inclusive se o consumo popular se mantinha em retração, e que, por isto, também havia que derivar o fenômeno das crises de superprodução não da dificuldade da realização, mas da falta de planificação do sistema econômico capitalista. E para tudo isto devia bastar a análise abstrata desenvolvida no tomo II de *O capital*, das condições hipotéticas de equilíbrio da reprodução ampliada no capitalismo “puro”[...] Como pode surpreender então que os opositores marxistas dos *narodniki* superestimassem ampliadamente a transcendência teórica dessa análise, interpretando-a às vezes de uma maneira incompatível com o verdadeiro sentido da doutrina marxiana?

Deste ponto de vista também é compreensível a aguda observação colocada por Plékhanov na segunda edição de seu trabalho *Nossas diferenças*, no qual traça a delimitação tanto a respeito dos marxistas legais como em relação a Lênin:

Jamais fui partidário – escrevia – dessa teoria dos mercados em geral, e das crises em particular, que se apoderou como uma praga de nossa literatura marxista legal na década de 1890. Segundo essa teoria, cujo principal propagandista deve ser considerado o senhor Tugan-Baranovski, a reprodução não tem barreiras de qualquer espécie e as crises são explicadas simplesmente pela desproporção dos meios de produção. Werner Sombart considera o ilustre estudioso russo Tugan-Baranovski

como o pai dessa teoria pretensamente nova. Na realidade, o verdadeiro pai da teoria, que não é nova coisa nenhuma, foi Jean-Baptiste Say, em cujo *Traité* a expôs detalhadamente [...] Além do senhor Tugan-Baranovski também o senhor V. Ilyin [Lênin] difundiu entre nós essa teoria, em seu *Observações sobre o problema da teoria dos mercados*, de 1899, assim como em seu livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*.⁷⁹

A crítica de Plékhanov, cuja agudeza polêmica deve ser atribuída sobretudo às lutas entre frações dentro da social-democracia daquele tempo, evidentemente é muito exagerada. Porém, parece conter uma parcela de verdade, especialmente se se leva em consideração os primeiros escritos de Lênin relativos ao problema da realização. Assim, por exemplo, num de seus trabalhos de principiante, *A propósito do chamado problema dos mercados* (1893), encontra-se a seguinte frase: “O mercado é somente a expressão da divisão do trabalho na economia mercantil, e por isto seu crescimento é tão ilimitado como o da divisão do trabalho.”⁸⁰

Essa afirmação pode ser interpretada, efetivamente, no sentido da concepção otimista dos clássicos. E igualmente problemáticos são alguns parágrafos relativos ao problema das crises no importante trabalho de Lênin, *Para uma caracterização do romantismo econômico* (1897), assim como algumas passagens desse trabalho nas quais dá razão a Ricardo e até a MacCulloch em sua controvérsia com Sismondi.⁸¹

Mas se consideramos os escritos posteriores de Lênin, em especial os que Plékhanov cita, devemos rejeitar o ponto de vista dele acerca do parentesco entre as concepções de Lênin e as de Say. Contudo, também tais escritos contêm alguns raciocínios unilaterais e formulações exageradas que devemos considerar aqui.

Lênin tinha razão, naturalmente, quando advertia aos *narodniki* que suas dúvidas acerca da possibilidade da realização da mais-valia já haviam sido contestadas pela análise de Marx do processo da reprodução social. De fato, em seus esquemas Marx demonstra como, ao conservarem-se determinadas proporções na troca entre as indústrias da produção e do consumo, a sociedade capitalista pode não só renovar seu capital constante e variável, mas pode também incrementá-lo pela capitalização de uma parte da mais-valia. Lênin remete em várias ocasiões seus adversários a esses esquemas e acrescenta: “Uma vez levadas em conta essas teses fundamentais”, nas quais se baseiam os esquemas da reprodução de Marx, “o problema da realização do produto social na sociedade capitalista já não oferece dificuldades”. E mais adiante: “Depois de estabelecer essas teses teóricas fundamentais, Marx explicou de modo completo o processo de realização do produto em geral, e da mais-valia em particular, dentro da produção capitalista”.⁸²

Mas aqui se coloca a seguinte pergunta: pode ser considerado efetivamente como o “esclarecimento total” do problema da realização a demonstração da possibilidade, em princípio, da realização da mais-valia, tal como a mostra a análise de Marx? Porque a análise do tomo II omite propositalmente fatores tão decisivos da realidade capitalista como o crescimento da composição orgânica do capital e o aumento da mais-valia relativa, isto é, fatores que perturbam uma e mais vezes o equilíbrio entre a produção e o consumo e que por isto devem semear de obstáculos cada vez maiores o caminho da realização do produto social.

Do mesmo modo que os marxistas legais, Lênin acreditava poder enfrentar tal objeção salientando o crescimento relativamente mais rápido das indústrias de meios de produção. Por isto destacava repetidamente:

A respeito do problema do mercado interno, que é o que nos interessa, a dedução principal da teoria da realização de Marx é a seguinte: o crescimento da produção capitalista e, por conseguinte, do mercado interno, não se dá tanto às custas dos artigos de consumo, mas muito mais às custas dos meios de produção. Dito de outra maneira: o crescimento dos meios de produção supera o crescimento dos artigos de consumo.⁸³

E em outra passagem: “Este desacerto” da produção e do consumo “expressa-se (como Marx demonstrou claramente em seus esquemas) no fato que a produção de meios de produção pode e deve ultrapassar a produção dos artigos de consumo.”⁸⁴

Mas na realidade os esquemas de Marx não mostram nada disso, já que nos dois exemplos do tomo II o departamento II se desenvolve na mesma velocidade que o departamento I. (Isto tampouco é, desde logo, uma imagem da realidade concreta, mas só deve ser atribuído aos exemplos numéricos escolhidos por Marx.) Portanto, não é possível demonstrar a tese de Lênin remetendo-se aos esquemas do tomo II. Por isto, e do mesmo modo como o fizeram antes dele Tugan e Bulgakov, ele teve que combinar a análise do processo da reprodução do tomo II de *O capital* com a lei posteriormente desenvolvida (no tomo III) da crescente composição orgânica capital. Sempre renovadamente nos adianta que

segundo a lei geral da produção capitalista, o capital constante cresce com mais rapidez que o variável [...] A subdivisão da produção social que fabrica meios de produção deve, por conseguinte, crescer com mais rapidez que aquela que confecciona artigos de consumo. Desta maneira, o crescimento do mercado interno é para o capitalismo, em certo grau, “independente” do crescimento do consumo pessoal [...]

Certamente, prossegue Lênin:

Que o desenvolvimento da produção (e, por conseguinte, do mercado interno) devido mais do que nada aos meios de produção, parece algo paradoxal e é indubitavelmente uma contradição. É um autêntica “produção para a produção”, a ampliação da produção sem a correspondente ampliação do consumo. Mas isto não é uma contradição da doutrina, mas da vida real.

Pois precisamente isso “corresponde à missão histórica do capitalismo e à sua estrutura social específica: a primeira consiste no desenvolvimento das forças produtivas da sociedade; a segunda exclui a utilização destas conquistas técnicas pelas massas da população”.⁸⁵

As passagens de Lênin aqui citadas nos parecem especialmente características de sua interpretação da teoria da realização. Evidentemente, seus pontos de vista a este respeito se formaram sob a impressão da situação específica do capitalismo primitivo russo, o que lhe permitiu acreditar que a industrialização desse país ainda semifeudal oferecia efetivamente um mercado ilimitado para os meios de produção. A partir dessa perspectiva, a concepção de Lênin é certamente correta para todos os países que se encontram na etapa da revolução industrial e que ainda devem criar os fundamentos para uma indústria moderna, uma rede de meios de transporte e uma agricultura mecanizada, o que, em sua maior parte, acontece à custa de um nível de vida muito baixo das massas populares. E se Lênin salientava a necessidade e o caráter progressista desse processo, o demonstrava com seu profundo sentido de realidade histórica, revelando-se como muito superior a seus adversários *narodniki*. Mas seria justificável que estendesse sua tese, fundada numa situação histórica particular, ao capitalismo em toda as suas fases? Compreende-se por si

mesmo que o capitalismo, enquanto constrói sua base industrial, deve produzir ingentes quantidades de fábricas e máquinas, ferrovias, instalações portuárias, etc. e que esse processo oferece, durante décadas, um crescente mercado para os meios de produção. Porém, cedo ou tarde, se concluirá a industrialização em seus traços fundamentais e o aparato industrial criado terá que produzir bens para o consumo individual. O problema do poder aquisitivo das massas passa então a ocupar o primeiro plano, e não pode ser eludido, salvo que se acredite no “carrossel do senhor Tugan-Baranovski”,⁸⁶ isto é, sua fantástica idéia a respeito da “produção de máquinas pelas próprias máquinas”.

Até aqui, o que se refere à tentativa de Lênin de inserir no interior dos esquemas da reprodução de Marx a lei da composição crescente do capital e interpretar esses esquemas no sentido da necessidade de um crescimento mais veloz dos meios de produção. Vimos anteriormente que os esquemas da reprodução, que pressupõem um desenvolvimento paralelo e igual dos departamentos I e II, não admitem tal interpretação; e agora vemos que a tese de Lênin só pode reclamar validade, historicamente, para uma época cronologicamente limitada – a saber, a época da industrialização incipiente – e que por isto não pode ser considerada de modo algum como uma lei geral do desenvolvimento do capitalismo.

Contudo, não é este o único reparo que devemos formular contra a interpretação de Lênin dos esquemas da reprodução. Mais grave ainda nos parece o fato de que via na análise abstrata do tomo II a última e definitiva palavra da teoria marxiana da realização, e que correspondentemente não queira reconhecer como tais os ulteriores complementos e modificações dessa análise, tais como figuram no tomo III da obra de Marx. Aqui se enreda em consideráveis dificuldades teóricas, que devem ser atribuídas sobretudo a uma “ortodoxia marxista” mal aplicada.

Isso pode se ver em sua polêmica com Tugan-Baranovski. Enquanto revisionista e partidário de Say, Tugan não podia aceitar numerosas passagens do tomo III de *O capital* que contradiziam evidentemente sua interpretação harmonizista dos esquemas de Marx. Antes de tudo atacava a conhecida passagem na qual Marx diz:

As condições da exploração direta e as de sua realização não são idênticas [...] Um só estão limitadas pela força produtiva da sociedade, enquanto as outras só estão pela proporcionalidade entre os diversos ramos da produção e⁸⁷ pela capacidade de consumo da sociedade.⁸⁸

Tugan-Baranovski interpretava esta passagem no sentido que, segundo Marx, “a proporcionalidade [...] só não garantia ainda a possibilidade de venda dos produtos. Também é possível que os produtos encontrem um mercado para si, ainda que a distribuição da produção seja proporcional; este é, ostensivamente, o sentido das palavras citadas de Marx”. Uma interpretação que se lhe pode conceder é que, de fato, a formulação de Marx não admite outra interpretação.

Mas Lênin nega isso:

Não, não é este o sentido dessas palavras – replica-. Não há nenhuma razão para se ver nessas palavras uma *correção* à teoria da realização exposta no tomo II. Marx se limita a pôr em relevo aqui uma contradição do capitalismo já salientada em outras passagens de *O capital*, a saber: a contradição entre a tendência à ampliação *ilimitada* da produção e a necessidade de um consumo *limitado* (em consequência da situação proletária das massas do povo). O senhor Tugan-Bara-

novski não negará, naturalmente, que essa contradição é *inerente* ao capitalismo, e, como Marx salienta, na mesma passagem, não temos nenhum direito de atribuir outro sentido, qualquer que seja, a suas palavras.⁸⁹

Aqui perguntamos: qual outro sentido? Outro como o que Tugan-Baranovski atribuíra aos esquemas da reprodução do tomo II, isto é, que a realização do produto social depende exclusivamente da proporcionalidade dos diferentes ramos da produção? Mas, neste caso, a polêmica de Lênin erra o seu objetivo; pois em lugar de atacar a interpretação harmonicista que Tugan oferece para a teoria da realização de Marx no sentido de uma mera “teoria da proporcionalidade”, parece inclusive aprovar essa interpretação, só que tenta lhe dar uma versão modificada, “ulterior”. Pois segundo ele,

a capacidade de “consumo da sociedade” e a “proporcionalidade entre os diferentes ramos da produção” não são de modo algum duas condições absolutamente distintas uma da outra e que não guardam a menor relação entre si. Ao contrário, um determinado nível de consumo constitui um dos elementos da proporcionalidade”.⁹⁰

Diante desta interpretação de Lênin da proporcionalidade, cabe dizer que é indiscutível que toda perturbação do equilíbrio entre o consumo e a produção também acarreta, cedo ou tarde, uma perturbação da proporcionalidade dos diferentes ramos da produção. Por outra parte, é claro que o conceito de proporcionalidade – se o pensamos até o fim – também deve abarcar a correspondência recíproca de produção e consumo. Mas disto não se depreende de modo algum que não possamos separar entre si os conceitos de “proporcionalidade” e o de “equilíbrio entre consumo e produção”, que em todas as circunstâncias tenha que se considerá-los como conceitos correlativos. Assim, por exemplo, Marx deriva as crises parciais precisamente da desproporcionalidade entre os diferentes ramos da produção, sem levar em conta a relação entre produção e consumo.⁹¹ Mas também Lênin escrevia em outro artigo, dirigido contra Struve:

[...] a teoria de Marx não somente não restabelece a teoria apologética burguesa (como ocorre com Struve), mas, ao contrário, *proporciona ainda uma arma poderosa contra a apologética*. Dessa teoria se deduz que, *mesmo* quando a reprodução e a circulação do conjunto do capital social fossem idealmente uniformes e proporcionais, não poderia ser evitada a contradição entre o aumento da produção e os limites restritos do consumo.⁹²

Mas se é assim, Tugan tinha razão com sua interpretação da passagem do tomo III; então, há que se admitir que, segundo Marx, a realização do produto social não depende da “proporcionalidade dos diferentes ramos da produção”, mas também do “poder de consumo da sociedade”; e não se vê qual utilidade teórica poderia nos trazer o conceito leniniano da “proporcionalidade num sentido ulterior”.

Menos ainda pode convencer, naturalmente, o várias vezes repetido⁹³ argumento de Lênin que, na passagem citada de *O capital* (e em muitas outras), Marx comprovou “meramente” e “nada mais”, a contradição entre produção e consumo. Precisamente essa contradição desempenha um papel saliente na teoria de Marx e só é omitida na análise do tomo II por razões metodológicas em cuja consideração ainda entraremos.

É claro que o postulado de Lênin segundo o qual há que se incluir a relação entre produção e consumo no interior do conceito da proporcionalidade o apro-

ximou perigosamente da teoria da “desproporcionalidade” das crises de Bulgakov e de Tugan. Assim lemos em seu livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*:

[...] Se se fala de “dificuldades” de realização, das crises que devido a isto surgem, etc., é preciso reconhecer que essas “dificuldades”, além de possíveis, são necessárias [...] As dificuldades deste gênero, devidas à falta de proporcionalidade na distribuição dos diferentes ramos da produção, brotam constantemente, não só ao se realizar a mais-valia, mas também ao se realizar o capital variável e o constante; não só na realização do produto em artigos de consumo, mas também em meios de produção.⁹⁴

E com maior clareza ainda em outra passagem: “[...] A produção não-sistemática de um produto excedente (crise) é inevitável na sociedade capitalista como conseqüência de se violar a proporcionalidade entre os diferentes ramos da indústria.” (“Enquanto que – acrescenta por sua vez Lênin – um determinado estado do consumo constitui um dos elementos da proporcionalidade.”)⁹⁵ Formulações estas que, no fundo, desembocam na teoria da desproporcionalidade das crises, mesmo quando aqui se modifique essa teoria no sentido de que a proporcionalidade dos ramos da produção também depende das relações de consumo.

A interpretação de Lênin da teoria da realização de Marx também explica a sua posição de total rejeição ao livro, *A acumulação do capital*, de Rosa Luxemburg, publicado em 1912, do qual ainda falaremos a seguir. Assim, escreve aos editores do periódico russo *Sozialdemokrat*, que era publicado em Paris, em março de 1913:

Acabo de ler o novo livro de Rosa. Diz bobagens de uma maneira incrível, e distorce Marx. Muito me alegra que tanto Pannekoek como Eckstein e Otto Bauer tenham refutado unanimemente seu livro, apresentando os mesmos argumentos contrários que eu utilizei em 1899 contra os *narodniki*. Tenho a intenção de escrever sobre o livro de Rosa no número 4 de *Prosveshchenie*.⁹⁶

Lamentavelmente, Lênin não chegou a escrever o artigo que planejava. Mas, em seu conhecido ensaio sobre Marx, publicado em 1915 na enciclopédia russa, *Granat*, encontra-se a seguinte nota bibliográfica:

A teoria da acumulação do capital de Marx é tratada num novo livro de Rosa Luxemburg. Análises de sua equivocada interpretação da teoria de Marx encontram-se no artigo de Otto Bauer em *Neue Zeit*, 1913, e nas resenhas de Eckstein no *Vorwärts* e de Pannekoek no *Bremer Bürgerzeitung*.⁹⁷

À margem do tom desusadamente severo da carta de Lênin, que em parte pode ser explicado seguramente pelas disputas fracionistas de aquele então entre os bolcheviques e a “Social-Democracia do Reino da Polônia e da Lituânia” (SDKPL), dirigida por Rosa Luxemburg, chama a atenção para as manifestações anteriores de Lênin, sobretudo sua plena aprovação à crítica formulada a Rosa Luxemburg pelos austromarxistas Otto Bauer e Gustav Eckstein. (O artigo do esquerdista holandês Pannekoek não pesa teoricamente.) Mas, de onde surge essa curiosa coincidência teórica entre o porta-voz da ala mais radical do marxismo e os expoentes do neo-harmonicismo social-democrata, tais como Bauer e Eckstein? Esse fato requer certamente uma explicação.

Seria óbvio recordar, neste contexto, que durante os anos anteriores à eclosão da Primeira Guerra Mundial, as simpatias políticas de Lênin estavam muito

mais com o “centro” de Kautsky que com a “esquerda” alemã conduzida por Rosa Luxemburg.⁹⁸ Mas não nos interessa o pano de fundo político, mas o teórico da posição de Lênin a respeito do livro de Rosa Luxemburg. Porém, o próprio Lênin manifestou claramente esses fundamentos em sua carta de 1913, anteriormente mencionada. Solidarizou-se com os críticos austromarxistas de Rosa Luxemburg precisamente porque as opiniões deles coincidiam com seus próprios pontos de vista, expressos em seus argumentos de 1899 contra os *narodniki*; e rejeitava o livro de Rosa Luxemburg não só por sua crítica falha aos esquemas da reprodução de Marx, mas também porque suas concepções teóricas eram contraditórias com a versão da teoria da realização pela qual ele mesmo advogava. E a essa versão que havia defendido na década de 1890 juntamente com os “marxistas legais”⁹⁹ continuava se apegando ainda depois.

Contudo, talvez seja mais importante o aspecto metodológico do problema. Quando o jovem Lênin escreveu na década de 1890 seus ensaios sobre o problema da realização, não conhecia as *Teorias* de Marx nem os *Grundrisse*. Por isto, só podia ter então uma visão insuficiente da metodologicamente muito complexa estrutura da obra econômica de Marx. Hoje em dia sabemos que, de acordo com o plano estrutural de Marx, os dois primeiros tomos dessa obra só eram dedicados à análise do “*capital em geral*”, e que por isto os resultados a que Marx chegou nesses volumes – por extraordinariamente importantes que tenham sido – haveriam de se concretizar e complementar-se na ulterior investigação do “*capital em sua realidade*”. Os primeiros marxistas, e entre eles Lênin, não viram isto, como é compreensível. Assim não surpreende que, em suas primeiras obras, Lênin tenha exagerado um pouco a validade teórica da análise da seção terceira do tomo II de *O capital*, querendo ver nela a “palavra definitiva” da teoria da realização de Marx. Por isto também suas tentativas de compatibilizar, de maneira verbal e escolástica, os resultados dessa análise com as numerosas passagens do tomo III que o contradiziam em aparência,¹⁰⁰ e às quais de tão boa fé se remetiam Tugan e os *narodniki* (Tugan, para poder interpretar num sentido harmonicista, de uma maneira um tanto descarada, os esquemas da reprodução do tomo II, mediante o enfrentamento do “verdadeiro” Marx do tomo II com o Marx “descarrilhado” do tomo III; os *narodniki*, para imputar a Marx – apesar dos esquemas – a teoria do “subconsumo das crises”, de Sismondi). Na realidade, as manifestações do tomo III não estavam em “contradição” com a análise do tomo II (e nisto Lênin, certamente, tem razão). Todavia, as primeiras constituíam o degrau seguinte da análise; um degrau no qual já não se tratava das condições do equilíbrio da economia capitalista em seu curso “normal”, mas de salientar a causa das perturbações necessárias deste equilíbrio, isto é, da análise das crises e da tendência ao colapso imanente do capitalismo. Do que se depreende que os esquemas da reprodução e a análise do tomo II não podem oferecer, de maneira nenhuma e por si sós, o “total esclarecimento” do problema da realização, mas somente em conexão com a teoria marxiana das crises e do colapso. E cremos que precisamente no fato de ter passado por cima deste descobrimento fundamental, reside o maior defeito da teoria leninista da realização.¹⁰¹

INTERPRETAÇÃO DE HILFERDING DOS ESQUEMAS DA REPRODUÇÃO DE MARX

Vimos que, para os marxistas russos da década de 1890, a análise de Marx do processo da reprodução social serviu sobretudo para demonstrar a possibilida-

de e a inevitabilidade do desenvolvimento capitalista da Rússia contra o “ceticismo” dos *narodniki*. Mas outra foi a situação na Alemanha e na Áustria, onde a análise foi interpretada pelos teóricos oficiais da social-democracia no sentido que o capitalismo poderia estender-se ilimitadamente e que nenhum colapso condicionado por suas leis internas o ameaçava.

De fato, o que queria deduzir dos esquemas do tomo II o mais renomado dos economistas do austromarxismo, Rudolf Hilferding? Não só – coisa que é óbvia do ponto de vista desses esquemas – que, se a reprodução do capital social total tivesse que ocorrer normalmente, haveria que se guardar determinadas proporções entre os departamentos I e II, entre as indústrias dos meios de produção e as dos meios de consumo, mas também “que na produção capitalista, a reprodução pode ter lugar de forma imperturbável tanto em escala simples como em escala ampliada, *somente* se mantendo tais proporções”.¹⁰² (Como se a proporcionalidade fosse a única condição da qual depende a reprodução imperturbada!) Mas há muito mais ainda:

De maneira alguma se depreende – prossegue Hilferding – que a crise deva ter sua causa no subconsumo das massas, imanente à produção capitalista. Do mesmo modo não se depreende dos esquemas em si a possibilidade de uma superprodução geral de mercadorias, mas que, ao contrário, é possível mostrar como sendo factível qualquer extensão da produção que possa se produzir, em geral, com as forças produtivas disponíveis.¹⁰³

Contudo, neste último ponto, Hilferding tem razão: dos “esquemas em si” não se depreende, desde logo, a possibilidade da superprodução, já que os mesmos só investigam as condições de um transcurso normal e sem perturbações da reprodução. Mas do mesmo modo, é impossível deduzir desses esquemas a impossibilidade da superprodução, e não vemos então a que finalidade pode servir, em geral, o remeter-se aos esquemas, vale dizer, que conclusões podem ser extraídas deles com referência ao mundo capitalista concreto.

Certamente que não ocorre a Hilferding negar os fatos empíricos da superprodução e do subconsumo das massas ou o papel que cabe a estes dados como fatores das crises reais. O que aponta com suas considerações “em si” dos esquemas é outra coisa: demonstrar que, no processo da reprodução social, o que importa é só, em última instância, a relação de proporcionalidade dos diversos ramos da produção. Do que surge logo, conseqüentemente, sua teoria da desproporcionalidade, assim como sua rejeição a qualquer teoria do colapso.

Mas vejamos como Hilferding aponta essa demonstração:

A expressão “superprodução de mercadorias” – diz no começo da seção de seu livro dedicada às crises – nada diz em si mesma, em geral, do mesmo modo que a expressão “subconsumo”. A rigor, só se pode falar de subconsumo no sentido fisiológico; ao contrário, a expressão carece de sentido na economia, onde somente poderia significar que a sociedade consome menos que produziu.¹⁰⁴ Mas não se vê como é possível com isto que se tenha dado a proporção correta. Já que o produto total é igual ao capital constante mais o capital variável mais a mais-valia ($c + v + m$), consumindo-se tanto v como m , e os elementos do capital constante consumido devem se substituir reciprocamente, a produção pode estender-se até o infinito sem levar jamais à superprodução de mercadorias; isto é, a que se produzam mais mercadorias para as quais, neste aspecto e para este critério, só entraria em

consideração o valor de uso, ou seja, a produzir-se mais bens que aqueles que podem ser consumidos.¹⁰⁵

Uma curiosa argumentação, por certo. Quase tudo quanto Marx escreveu acerca das crises era dedicado a demonstrar que precisamente a superprodução periodicamente recorrente constitui “o fenômeno fundamental das crises”¹⁰⁶ e que esta superprodução tem sua “razão última” na “pobreza e na restrição do consumo das massas”.¹⁰⁷ E agora nos inteiramos que se tudo isto, por acaso tenha vigência num empirismo grosseiro, não a tem no mundo “em si” dos esquemas, e que, assim, inclusive as expressões “superprodução” e “subconsumo” não têm sentido em economia política... Mas por quê?

Simplemente porque a sociedade imaginária como tal, pela qual Hilferding substitui “neste aspecto e para este critério” a verdadeira sociedade, jamais poderia produzir muitos valores de uso, muitos bens, e porque também possuiria o poder de corrigir qualquer escassez de meios de consumo mediante uma distribuição mais proporcional da produção. Assim, para essa sociedade, o conceito de “subconsumo” poderia ter um “sentido fisiológico”. Só que não falamos aqui de fisiologia, mas de economia, e tampouco de economia pura e simplesmente, mas de economia capitalista. Em conseqüência, tampouco falamos da sociedade “como tal”, mas de uma sociedade de classes “na qual a maioria dos produtores fica mais ou menos restrita ao necessário [...], vale dizer que fica mais ou menos excluída do consumo da riqueza, na medida em que esta exceda o círculo dos meios de vida necessários”¹⁰⁸ (o que não significa outra coisa, precisamente, do que se falar no “subconsumo”); e na qual, por outra parte, a classe dominante (diferentemente das classes dominantes de épocas passadas) subordina também seu consumo ao afã de valorização, isto é, que no fundo deve desempenhar o papel de “produtora de superprodução”.¹⁰⁹ Precisamente por isto devem se dar nessa sociedade – inclusive se houver a mais perfeita proporcionalidade nos ramos da produção – crises de superprodução periódicas, e não vemos o que teremos a ganhar teoricamente com a redenominação dessa crise da produção de mercadorias como superprodução de “bens”.

Deixemos, contudo, de lado a teoria das crises de Hilferding que, em nossa opinião, só é outra versão da crítica formulada pela escola de Ricardo à teoria da superprodução.¹¹⁰ O que aqui nos interessa é a tese de Hilferding que, “como demonstram os esquemas”, a produção capitalista “poderia ampliar-se até o infinito”. E como ele prova esta tese? O faz, apresentando-nos o esquema marxiano da reprodução simples, no qual não só “os elementos do capital constante consumido se substituem reciprocamente”, mas que também “são consumidos tanto v como m ”, isto é, onde não pode se tratar do problema da realização da mais-valia!

Mas talvez se trate somente de um *lapsus catami* de Hilferding; talvez ele quisesse referir-se de fato ao esquema da reprodução ampliada e só deixou de dizer que m é consumida de forma tanto individual como industrial. Certamente, não cabe dúvida que assim é consumida nos esquemas de Marx. Mas isto não significa que assim deva ser também na realidade; e menos ainda que a produção capitalista concreta possa ser “ampliada até o infinito” só porque o esquema de referência possa ser prosseguido indefinidamente. Diante de tudo isto, não ocorre a Hilferding sequer que os esquemas da reprodução do tomo II (tal como já se salientou em muito) façam omissão deliberada do incremento da composição orgânica do capital, do aumento da taxa de mais-valia, etc., e que a introdução de qualquer um destes fatores jogaria por terra os esquemas. Aqui nos convencemos realmente

dos disparates a que deve levar toda a confusão dos esquemas abstratos com a realidade capitalista concreta, especialmente, como Hilferding, se se pretende demonstrar, baseando-se em tais esquemas, que a idéia de um colapso econômico do capitalismo “não é de modo algum uma idéia racional”.¹¹¹ Pois, em todo caso, não é possível utilizar deste modo os esquemas da reprodução de Marx, que só constituíam um instrumento metodológico da análise. Citemos como contrapartida à teoria da desproporcionalidade das crises de Hilferding algumas considerações acerca das crises de Marx, que se ocupam da antítese entre produção e consumo.

Assim, escrevia Marx, contra Ricardo, no capítulo sobre as crises do tomo II das *Teorias*:

Não vê que a mercadoria deve se transformar em dinheiro. A demanda dos operários não basta, já que o lucro se produz precisamente pelo fato que a demanda dos operários é menor que o valor de seu produto e é tanto maior quanto menor seja relativamente essa demanda. A demanda recíproca dos capitalistas tampouco basta [...] [em geral] A superprodução se origina precisamente pelo fato que a maioria média do povo nunca pode consumir mais que a quantidade média dos meios de vida, isto é, que seu consumo não cresce proporcionalmente à produtividade do trabalho.¹¹² [Pois] a mera relação entre trabalhador assalariado e capitalista implica: 1) que a maior parte dos produtores (os operários) são não-consumidores (não-compradores) de uma imensa parte de seu produto, a saber, dos meios de trabalho e dos materiais de trabalho; 2) que a maior parte dos produtores, os operários, só pode consumir um equivalente (a mais-valia ou o sobreproduto). Devem ser sempre *superprodutores*, devem produzir mais que suas necessidades, para poderem ser consumidores ou compradores dentro dos limites de suas necessidades.¹¹³

Mas em outra passagem das *Teorias*, se diz:

[...] todo o processo da acumulação se resolve, em primeira instância, em *superprodução*, a qual por uma parte corresponde ao crescimento natural da população, enquanto por outra constitui uma base imanente dos fenômenos que se revelam nas *crises*. A medida desta superprodução é constituída pelo próprio *capital*, a escala da produção existente e o desmedido afã de enriquecimento e capitalização dos capitalistas e de modo algum pelo consumo, limitado de antemão, já que a maior parte da população, a população operária, só pode ampliar seu consumo dentro de muito estreitos limites, enquanto que por outra parte, na mesma medida em que se desenvolve o capitalismo, diminui relativamente a demanda de trabalho, apesar de crescer em termos *absolutos*.¹¹⁴

E, finalmente, se diz no mesmo volume das *Teorias*:

A superprodução é condicionada de modo específico pela lei geral de produção do capital: produzir na medida das forças produtivas, isto é, da possibilidade de explorar, com uma quantidade dada de capital, a maior quantidade de trabalho possível, sem levar em conta as barreiras do mercado existente ou as necessidades respaldadas pela capacidade de pagamento, e isso por constante ampliação da reprodução e da acumulação, enquanto que, por outra parte, a maioria dos produtores fica restrita à média de necessidades, e deve ficá-lo segundo a natureza da produção capitalista.¹¹⁵

Mas, neste mesmo sentido, Marx observa em seus manuscritos de *O capital*:

Contradição no modo capitalista de produção: os operários como compradores de mercadorias são importantes para o mercado. Mas como vendedores de sua mercadoria – a força de trabalho – a sociedade capitalista tem a tendência de reduzi-los ao mínimo do preço. Contradição adicional: as épocas em que a produção capitalista desenvolve todas as suas potencialidades resultam ser, regularmente, épocas de superprodução, porque as potencialidades produtivas nunca podem ser empregadas ao ponto de com isso não só se produzir mais valor, mas que possa ser realizado esse valor acrescentado; mas a venda das mercadorias, a realização do capital mercantil e, por conseqüência, também a da mais-valia, não estão limitadas pelas necessidades de consumo de sociedade em geral, mas pelas necessidades consumistas de uma sociedade na qual a grande maioria é sempre pobre e está sempre condenada a sê-lo.¹¹⁶

Mas onde mais agudamente se destaca o contraste que aqui se fala é na passagem já mencionada do tomo III de *O capital*:

As condições da exploração direta e as de sua realização – aí se diz – não são idênticas. Divergem não somente quanto a tempo e lugar, mas também conceitualmente. Uma, só estão limitadas pela força produtiva da sociedade, enquanto que as outras só o estão pela proporcionalidade entre os diversos ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Mas esta capacidade não está determinada pela força absoluta da produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo com base nas relações antagônicas de distribuição, que reduz o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo somente modificável dentro de limites mais ou menos estreitos. Ademais, está limitada pelo impulso de acumular, de aumentar o capital e produzir mais-valia em escala ampliada. [Por isso], quanto mais se desenvolve a força produtiva, tanto mais entra em conflito com a estreita base na qual se fundam as relações de consumo.¹¹⁷

E em outra passagem:

Posto que o fim do capital não é a satisfação das necessidades, mas a produção de lucro, e posto que só consegue essa finalidade em virtude de métodos que regulam o volume da produção de acordo com a escala da produção, e não ao contrário, deve se produzir constantemente uma fratura entre as restritas dimensões do consumo sobre bases capitalistas e uma produção que tende constantemente a superar essa barreira que lhe é imanente.¹¹⁸ [Pois] [...] tal como estão dadas as coisas, a reposição dos capitais investidos na produção depende em grande parte da capacidade de consumo das classes não-produtivas; enquanto que a capacidade de consumo dos operários se encontra limitada em parte pelas leis do salário, em parte pelo fato que só são empregados quando se puder fazê-lo com lucro para a classe dos capitalistas. A última razão de todas as crises reais continua sempre sendo a pobreza e a restrição do consumo das massas em contraste com a tendência da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se somente a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite.¹¹⁹

As passagens citadas (e poderíamos incrementá-las com muitas outras),¹²⁰ testemunham, em todo caso, a magnitude do papel que Marx atribuía – apesar dele mesmo ser um adversário da tradicional “teoria do subconsumo” – à contradição entre produção e consumo enquanto fundamento das crises de superprodução. O fato que, por outra parte, também rejeitava a assim denominada teoria da desproporcionalidade das crises é demonstrado pela seguinte manifestação em *O capital*:

Se se diz que dentro dos diversos ramos da produção não se dá uma superprodução geral, mas uma desproporção, isso não significa que, dentro da produção capitalista, a proporcionalidade entre os diversos ramos da produção se estabelece como um processo constante a partir da desproporcionalidade [...] Ademais, desta maneira se exige que países nos quais o modo capitalista de produção não está desenvolvido, tenham de consumir e produzir num grau adequado aos países do modo capitalista de produção. Se se diz que a superprodução é somente relativa, isto é totalmente correto; mas ocorre que todo o modo capitalista de produção é só um modo de produção relativo, cujos limites não são absolutos, mas sim o são para ele, sobre sua base. Como, de outro modo, poderia faltar a demanda das mesmas mercadorias que carece a massa do povo, e como seria possível ter que se buscar essa demanda no exterior, em mercados mais distantes, para poder se pagar os operários do próprio país a média dos meios de subsistência imprescindíveis? Porque só neste contexto específico, capitalista, o produto excedente adquire uma forma na qual seu possuidor só pode colocá-lo à disposição do consumo enquanto se converte para ele em capital [...] Em suma, todos os reparos contra as manifestações palpáveis da superprodução (manifestações estas que não se preocupam por tais reparos) apontam para o destaque que os limites da produção *capitalista* não são limitações *da produção em geral*, e por isto não o são tampouco deste modo específico de produção, o capitalista. Mas a contradição deste modo capitalista de produção está exatamente em sua tendência para o desenvolvimento absoluto das *forças* produtivas, as quais entram permanentemente em conflito com as *condições* específicas de produção dentro das quais se move o capital, e que são as únicas dentro das quais pode se mover.¹²¹

E isto é tudo acerca da assim denominada teoria da desproporcionalidade.

A CRÍTICA DE ROSA LUXEMBURG À TEORIA DA ACUMULAÇÃO DE MARX

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E METODOLÓGICOS

Nossa digressão acerca de Hilferding demonstrou o uso que soube fazer da teoria marxista oficial dos esquemas da reprodução do tomo II. Por mais radical e “ortodoxa” que se apresentasse essa teoria, sua interpretação dos esquemas só desaguava, não obstante, na rejeição da teoria do colapso e na explicação econômico-vulgar das crises como meras crises de desproporcionalidade. Vale dizer, totalmente no espírito de Tugan e dos marxistas “legais” russos.

Só com estes antecedentes – isto é, como reação ante a interpretação neo-harmonicista das doutrinas econômicas de Marx – é possível compreender-se o livro de Rosa Luxemburg, *A acumulação do capital*, cujo tema central (despojando-o de tudo quanto tem de secundário e acessório) consistia exatamente em que destacava energicamente a idéia do colapso e, com isto, o núcleo revolucionário do marxismo.

Mas por que não coube esta tarefa a Lênin, mas a Rosa Luxemburg? Aqui, deve-se salientar, antes de tudo, a diferença na situação do marxismo russo e do alemão. Em contraste com os marxistas russos da década de 1890, cujo interesse teórico estava preferencialmente dirigido pela luta contra a ideologia dos *narodniki*, e que, por isto, tinham que demonstrar a capacidade vital do capitalismo russo, ainda nos cueiros, Rosa Luxemburg vivia e atuava num país cujo capitalis-

mo se encontrava não só no auge de seu poderio, mas que já exibia claros sinais de sua futura decadência; e, por outra parte, tinha como adversários não os partidários de um utópico socialismo camponês, mas uma poderosa burocracia operária, fortemente arraigada nas massas, que apesar de seu credo “marxista”, tinha ambos os pés fincados no terreno da ordem social imperante e que só confiava poder alcançar dentro deste marco todos os progressos sociais e políticos. Em consequência, enquanto que, até o final do século XIX, na Rússia ainda era necessário salientar a inevitabilidade e o caráter historicamente progressista do desenvolvimento capitalista, ao contrário, na Alemanha a tarefa da esquerda marxista consistia em ressaltar num primeiro plano de interesse a idéia do necessário colapso econômico e político da ordem social capitalista. E a cumprir precisamente esta tarefa teórica estava destinado o livro de Rosa Luxemburg.

Obviamente, do que acima se disse não se depreende de modo algum que aceitemos a teoria específica da acumulação de Rosa Luxemburg, segundo a qual a acumulação do capital só poderia ser explicada com o auxílio das assim denominadas “terceiras pessoas”, isto é, a troca com o meio não-capitalista,¹²² ou que consideremos correta sua crítica aos esquemas da reprodução de Marx. Ao contrário, é lamentável que Rosa Luxemburg só tenha sabido defender a idéia do colapso na forma exagerada de uma crítica – equivocada na raiz – à teoria da reprodução de Marx. Mas seria pedante que entrássemos novamente na consideração dessa crítica, de há muito reconhecida como equivocada, cujo principal erro estava em que, sem percebê-lo, Rosa Luxemburg voltava a cair, uma e outra vez, durante a análise da reprodução ampliada, nas premissas da reprodução simples. Muito mais importante e instrutivo será rastrear os motivos que levaram a essa crítica. Mas, neste sentido, Henryk Grossmann parece ter acertado quando escreveu sobre Rosa Luxemburg:

Constituiu um grande mérito histórico de Rosa Luxemburg o fato que, em deliberado contraste e como protesto contra as tentativas de deformação dos neoharmonicistas, tenha se aferrado firmemente à idéia fundamental de *O capital*, procurando assinalá-la mediante a demonstração da existência de um limite econômico absoluto para o ulterior avanço do modo de produção capitalista.

Mas em lugar de “examinar o esquema da reprodução de Marx dentro do marco de seu sistema total, e em especial de sua teoria da acumulação [...]” ficou involuntariamente submetida à influência daqueles a quem queria combater, isto é, acreditava que o esquema de Marx admite efetivamente uma acumulação ilimitada, “tão *ad infinitum* no círculo, segundo a teoria de Tugan-Baranovski [...]” E posto que ela mesma opinava que “do esquema da reprodução de Marx resulta de fato a possibilidade da acumulação ilimitada *ad infinitum*, que Tugan e Hilferding, e posteriormente Otto Bauer, deduziram *corretamente* essa idéia a partir do esquema, abandonou o esquema de Marx para salvar a idéia do colapso resultante do tomo I de *O capital*”.¹²³ Em nossa opinião, as frases de Grossmann explicam grande parte dos erros de Rosa Luxemburg. Mas, além disto, também nela a interpretação errônea dos esquemas da reprodução parece estar enraizada na compreensão insuficiente da metodologia da obra de Marx.

Por certo que Rosa Luxemburg era, como observou Lukács, uma “verdadeira dialética”,¹²⁴ e daí o enorme prazer teórico que emana do estudo de suas obras. Contudo, evidentemente também ela subestimou a importância da assim chamada “herança hegeliana” do pensamento de Marx,¹²⁵ e por isto não compreendia com total clareza a estrutura de sua obra. Já em outro lugar¹²⁶ entramos em considerações

sobre sua confusão a respeito da diferenciação entre o capital individual e o capital social global e da diferenciação muito mais importante entre o “capital em geral” e o “capital em sua realidade”, e por isto não é necessário voltar aqui sobre o tema. Também sabemos que misturava erroneamente o capital social global com o capital em sua existência histórica concreta. Segundo ela, o conceito de uma “sociedade puramente capitalista” de Marx só podia resultar de utilidade na consideração do processo de produção e circulação do capital individual; mas este conceito perderia todo sentido na medida em que se enfocasse a sociedade capitalista em seu conjunto, e em especial o problema da acumulação do capital social global.

Em outras palavras: também Rosa Luxemburg entendeu mal o papel que cabe ao modelo de uma sociedade puramente capitalista na obra de Marx. Não compreendia que se tratava somente de um princípio heurístico, com a ajuda do qual deviam ser mostradas as tendências evolutivas do modo de produção capitalista livres “de qualquer circunstância acessória e perturbadora”.¹²⁷ (Deste ponto de vista, as intermináveis discussões acerca de se era possível ou não, historicamente, a existência de uma sociedade puramente capitalista, eram totalmente sem transcendência.) O objetivo desse procedimento metodológico é claro. Inclusive se sob as premissas mais severas, isto é, no modelo abstrato da mais-valia e da acumulação do capital – dentro de certos limites –, então não há necessidade teórica de refugiar-se em fatores externos como o comércio exterior, a existência de terceiras pessoas, a intervenção do Estado, etc. Assim, neste sentido, o modelo abstrato de Marx foi totalmente aprovado no exame. E ao passar por cima disto, Rosa Luxemburg passou também por cima do fato que todos os resultados da análise do processo da reprodução do tomo II só podiam ser de índole provisória, isto é, que necessitavam que fossem completados nas etapas ulteriores e mais concretas da análise.

O erro metodológico de Rosa Luxemburg deve nos estranhar na medida em que ela se aproximou muito da correta compreensão das premissas metodológicas dos esquemas de Marx quando escreveu:

O que Marx supôs como premissa de seu esquema de acumulação só corresponde à tendência histórica objetiva do movimento da acumulação e a seu resultado teórico final. O processo da acumulação tem a aspiração de situar em qualquer lugar a economia mercantil simples no lugar da economia natural, a economia capitalista no lugar da economia mercantil simples, conseguir o domínio absoluto da produção do capital como único e exclusivo modo de produção em todos os países e atividades.¹²⁸

E na *Anticrítica* de Rosa Luxemburg se diz:

A Marx não ocorreu jamais, nem em sonhos, pensar que seus esquemas matemáticos tivessem o valor de uma *prova* para demonstrar que a acumulação só podia se dar numa sociedade integrada somente de capitalistas e operários. Marx investigou a mecânica interna da acumulação capitalista, salientando as leis econômicas concretas que governam esse processo. Sua argumentação é, mais ou menos, esta: para que possa existir acumulação do capital global da sociedade, isto é, da classe capitalista em bloco, têm que se dar certas relações *quantitativas* muito precisas entre os dois grandes departamentos da produção social: o dos meios de produção e o dos meios de subsistência. Só quando se dêem e se repitam estas relações [...] pode-se desenvolver o incremento progressivo da produção e, com ela – como finalidade que responde a tudo –, a acumulação também progressiva do capital em ambas as esferas. Pois bem, para expor claramente e com toda precisão seu pensamento, Marx traça um exemplo matemático, um esquema com cifras imaginárias, dizendo: tal é a proporção

que devem guardar entre si os distintos fatores do esquema (capital constante, capital variável, mais-valia) para que se possa desenvolver a acumulação.¹²⁹

Mas se isto é correto, se o modelo de Marx foi só um instrumento para mostrar as condições do equilíbrio numa economia capitalista em expansão em sua forma pura, então não pode se sustentar a afirmação de Rosa Luxemburg que a afirmação de Marx seria uma “abstração exangue”. Mas deste modo sua crítica aos esquemas da reprodução de Marx revela-se, também do ponto de vista metodológico, como infundada.

OS ESQUEMAS DA REPRODUÇÃO E O PROGRESSO TÉCNICO

Mas não nos limitemos a salientar só os defeitos da crítica de Rosa Luxemburg, pois essa crítica tinha também seus pontos fortes, sobre os quais seus adversários, em sua grande maioria, silenciaram.

Referimo-nos aqui à sua indicação no sentido que os esquemas da reprodução ampliada de Marx prescindem de todas as modificações do modo de produção ocasionadas pelo progresso técnico, a saber, da crescente composição orgânica da taxa de acumulação. Mas, quando se tenta incorporar estas modificações aos esquemas, as condições do equilíbrio da reprodução são perturbadas e já não é possível aplicar a fórmula

$$c \text{ II} + \beta c \text{ II} = v \text{ I} + \alpha \text{ I} + \beta v \text{ I}$$

Tomemos o seguinte exemplo numérico, baseado nos esquemas da reprodução de Tugan-Baranovski, destinado a ilustrar a reprodução ampliada do capital:

$$\text{I } 840 c + 420 v + 210 \alpha + 140 \beta c + 70 \beta v$$

$$\text{II } 600 c + 330 v + 150 \alpha + 100 \beta c + 50 \beta v.$$

Este diagrama corresponde à fórmula do equilíbrio, já que

$$600 c \text{ II} + 100 \beta c \text{ II} = 420 v \text{ I} + 210 \alpha \text{ I} + 70 \beta v \text{ I}.$$

Mas, na medida em que modificamos a composição orgânica do capital a ser acumulado em ambas as seções, de 2:1 para 3:1, obteremos o seguinte diagrama:

$$\text{I } 840 c + 420 v + 210 \alpha + 157,5 \beta c + 52,5 \beta v$$

$$\text{II } 600 c + 300 v + 150 \alpha + 112,5 \beta c + 37,5 \beta v.$$

Mas, neste caso, há um excedente de mercadorias no departamento II, que já não pode trocar sem mais nem menos seus $600 c + 112,5 \beta c = 712,5$ unidades de valor pelas $420 v + 210 \alpha + 52,5 \beta v = 682,5$ unidades de valor do departamento I, que fica enalhado com um resíduo de mercadorias invendáveis de 30 unidades. Isto corresponde ao fato que, ao crescer a composição orgânica do capital, há menos operários novos que são empregados, e por isto o consumo social não pode ser ampliado suficientemente para incorporar todo o produto-mercadoria do departamento II.

Perturbações similares ocorrem necessariamente quando cresce a taxa de mais-valia ou quando se acumula uma parte maior da mais-valia recém-criada que nos períodos de produção anteriores. Também nestes casos se torna possível o avanço sem fricções da reprodução ampliada tal como os esquemas a prevêm, já que as desproporções das relações de troca entre ambos os departamentos que se

dão em conseqüência do progresso técnico devem minar sua proporcionalidade de até então.

Vemos assim que “por muito que levemos em conta o incremento técnico do modo de produção no curso da acumulação a mesma não pode realizar-se sem deslocar as relações fundamentais do esquema de Marx”.¹³⁰ Por conseguinte, neste aspecto Rosa Luxemburg tem razão, indubitavelmente. Mas deste “fracasso” do esquema da reprodução não surge em absoluto (como ela supunha) que a acumulação é totalmente “impossível”, mas somente que qualquer revolução nas forças produtivas que tenha lugar em escala social deve pôr fim ao estado de equilíbrio dado dos ramos da produção, levando, através de todo tipo de perturbações e crises, ao estabelecimento de novo equilíbrio temporário. Em conseqüência, o que se depreende da crítica de Rosa Luxemburg são só os limites necessários do âmbito de validade dos esquemas de Marx, que se limitam conscientemente a investigar as relações de equilíbrio da reprodução ampliada enquanto permanecem constantes as condições da produção e que, por isto, devem prescindir de todos os fatores que modificam estas condições. Se se quisesse introduzir, não obstante, nesses esquemas as modificações do modo de produção que se originam em virtude da crescente produtividade do trabalho, com isto se demonstraria como as condições hipotéticas do curso normal da reprodução se transformam em “outras tantas condições do desenvolvimento anormal, possibilidades de crises”,¹³¹ coisa que de nenhuma maneira inseria-se no círculo de tarefas que havia se colocado a análise do tomo II de *O capital*.

Mas não estamos subestimando desta maneira a significação dessa análise? De maneira alguma. Compreende-se por si só que o modelo de Marx da reprodução ampliada que se encontra em equilíbrio no “capitalismo puro” não podia nem devia ser um reflexo fiel do mundo capitalista concreto. E isto pela simples razão que não leva em consideração a anarquia da produção imperante no capitalismo real, e, além do mais, porque não leva absolutamente em conta o conflito entre produção e consumo, inseparável da essência mesma do capitalismo. Por isto, nesse modo de produção, o desenvolvimento proporcional dos diversos ramos da produção, assim como o equilíbrio entre produção e consumo, só pode ter lugar sob constantes dificuldades e perturbações. Contudo, esse estado de equilíbrio não deve ser alcançado sequer por breves períodos, já que de outro modo o sistema capitalista não poderia funcionar em absoluto. Porém, neste sentido, os esquemas da reprodução de Marx não são de modo algum uma mera abstração, mas uma parte da realidade econômica, mesmo quando a proporcionalidade dos ramos da produção, postulada por esses esquemas, só possa ser temporária e somente possa “se apresentar como um processo constante a partir da desproporcionalidade”.¹³²

AS APLICAÇÕES PRÁTICAS NEO-HARMONICISTAS DOS ESQUEMAS DA REPRODUÇÃO

A circunstância que a fórmula do equilíbrio da reprodução ampliada, na qual se baseiam os esquemas de Marx, só pode ser aplicada à acumulação em condições de produção constantes, induziu vários autores a realizarem exercícios matemáticos com os quais pretendiam demonstrar que o “fracasso” dessa fórmula residia não na essência do assunto, mas nas premissas muito severas às quais Marx vinculou os seus esquemas; e que, em conseqüência, modificando-se concordantemente essas premissas, se podia construir um esquema da reprodução ampliada que também apresentaria, levando-se em conta o progresso técnico, um equilíbrio duradouro entre os dois departamentos da produção social. Por detrás

dessas tentativas escondia-se a tendência – ainda que não sempre consciente para seus autores – de apresentar a reprodução e a acumulação do capital como um processo automático e permanente, que não se deparava com barreira alguma emanada da natureza do modo de produção capitalista, e que, por isto, tampouco poderia levar a um colapso econômico desse modo de produção.

O exemplo mais conhecido dessa índole é o esquema da reprodução esboçado por Otto Bauer em sua crítica a Rosa Luxemburg,¹³³ que pretendia mostrar a possibilidade de um curso imperturbado da acumulação, inclusive no caso de uma composição orgânica constantemente crescente do capital. Para consegui-lo, Otto Bauer teve que abandonar evidentemente (como fizera antes dele Tugan-Baranovski) uma das premissas fundamentais dos esquemas de Marx: que a única relação entre os departamentos I e II consistiria na troca recíproca de seus respectivos produtos. Ao contrário, faz com que o departamento II, que, devido aos incrementos técnicos ocorridos em virtude da crescente composição do capital, permanece sempre com um resíduo invendável de mercadorias, “invista” todos os anos no departamento I uma soma de dinheiro equivalente ao valor deste resíduo de mercadorias, a fim de que tal departamento amplie sua produção e que no ano seguinte diminua o resíduo real de mercadorias do departamento II. Então, ambos os departamentos da produção social podem crescer e acumular sem originarse uma discrepância no valor dos produtos que devem ser trocados e que possa ameaçar deter o *perpetuum mobile* da acumulação do capital.

Desta maneira, descrevemos o fundamental do procedimento de Otto Bauer. É evidente que o exemplo numérico que construiu só constitui em aparência uma continuação do esquema de reprodução de Marx. Pois poderia ter demonstrado exatamente o que queria, usando uma empresa social *holding*, que instala uma empresa subsidiária econômico-industrial para, desta maneira, abastecer planificadamente os trabalhadores e capitalistas da empresa *holding* com os meios de vida necessários. Na contabilidade da empresa *holding*, a empresa subsidiária poderia figurar como “departamento II”, que “investe” regularmente uma parte de sua mais-valia na empresa principal e “troca” os meios de vida que elabora por máquinas da empresa principal. Porém, este tipo de “investimentos” e “trocas” seria de índole puramente fictícia, e não se sabe em que poderia contribuir tal espécie de operações aritméticas para a compreensão do processo de reprodução real dentro do mundo capitalista real.¹³⁴

Mas o esquema da reprodução de Otto Bauer não é muito mais “realista” que o de Marx? Pois na sociedade capitalista real se transferem constantemente partes da mais-valia, produzidas num determinado ramo da produção, para outros ramos, para aí serem investidas? Não se teria que considerar então o procedimento de Otto Bauer como uma decidida melhoria do procedimento de Marx.

Este, evidentemente, é o conceito dos economistas poloneses Oskar Lange e T. Kowalik. Num trabalho do último, lemos: “No que diz respeito à transferência da acumulação de um departamento para outro [...] a história evidentemente deu razão a Otto Bauer. Pois na prática econômica o capital se transfere tanto em sua forma objetiva como na forma de dinheiro.” Assim, “uma considerável parte da produção social pode ser empregada alternativamente tanto no papel dos meios de produção como também com fins de consumo pessoal” e este fato foi “confirmado pela prática dos países socialistas, nos quais” (e aqui Kowalik cita Lange) “a acumulação tem lugar sobretudo no departamento II, enquanto que, ao contrário, a parte principal desta acumulação é investida no departamento I”.¹³⁵

Aqui podemos fazer abstração da postura ingenuamente empírica de Kowalik, que parece crer que os problemas da teoria pura – como o problema do equilíbrio hipotético na sociedade capitalista dos diagramas marxistas – podem ser resolvidos remetendo-se à prática dos “países socialistas” (ou a qualquer outra prática). A respeito de seus próprios argumentos deve-se dizer o seguinte: no que diz respeito à transferência do capital em sua forma objetiva, Kowalik passou por cima, evidentemente, da circunstância que os produtos que podem ser empregados alternativamente como meios de produção e meios de consumo foram excluídos de antemão dos esquemas de Marx. Sobre isso lemos no tomo II de *O capital*:

Nada, no fundo, também, modifica o assunto, que uma parte dos produtos de II seja suscetível de ingressar em I como meios de produção. Os cobre uma parte dos meios de produção fornecidos por I, e desde logo é necessário desprezar essas partes, num e noutro departamento, se queremos investigar em toda sua pureza e sem distorções a troca entre as duas grandes classes da produção social, os produtores de meios de produção e os produtores de meios de consumo.¹³⁶

Portanto, a “transferência do capital na forma objetiva” não pode nos ajudar a superar a dificuldade salientada por Rosa Luxemburg. Mas tampouco pode nos servir, neste sentido, a transferência do capital na forma de dinheiro, na qual se baseia o procedimento de Bauer, por muito que corresponda à prática cotidiana dos capitalistas. Pois eles vêm praticando de há muito essa transferência e continuam o fazendo sem consideração alguma para com os incrementos causados pelo progresso técnico. Por conseguinte, não existe metodologicamente motivo algum para levá-la em conta quando parece fracassar a fórmula do equilíbrio da reprodução ampliada, isto é, só quando se trata das dificuldades de realização que se originam em virtude do aumento da composição orgânica do capital. Pois, por que o próprio Marx não recorreu ao meio de transferência de capital preconizado por Otto Bauer, em lugar de estabelecer esquemas com relações quantitativas tão complexas de ambos os departamentos? A resposta é simples: precisamente porque mediante esses esquemas queria mostrar como pode ser resolvida – e se resolve – no plano social a antinomia entre valor de uso e valor de troca. Mas isto só pode ser mostrado se se concebe as indústrias dos meios de produção e dos meios de vida como departamentos da produção social totalmente autônomos, que só chegam a possuir suas respectivas produções por meio da troca, e que só assim podem levar a cabo a troca social de forma e material.

Mas deixemos as deficiências metodológicas da solução do problema proposta por Otto Bauer. O que interessa aqui, antes de mais nada, é a questão de se, com a ajuda de seu procedimento, conseguiu demonstrar o que pretendia, a saber, a possibilidade da acumulação ilimitada do capital.¹³⁷ Uma simples reflexão demonstra que sua tentativa tinha que fracassar. Pois se se constrói o esquema da reprodução ampliada supondo-se uma composição orgânica do capital constantemente crescente, teria que se chegar cedo ou tarde à hipertrofia totalmente irreal e economicamente sem sentido do departamento I, isto é, da produção de meios de produção. É exatamente isso o que faz Otto Bauer: a fim de expressar o crescimento da composição orgânica do capital, faz crescer em 5% anual o capital variável da sociedade, enquanto que o capital constante cresce em 10% ao ano. Estas diferentes taxas de crescimento se dão porque a composição orgânica do novo capital acumulado em seu esquema é muito superior à do capital já anteriormente investido. (Já que, além do mais, se Bauer supõe constante a taxa de mais-valia, deve somar uma parte cada vez maior da mais-valia ao fundo de acumulação.)

Bauer começa com o seguinte diagrama que, em homenagem a uma mais fácil compreensão, voltaremos a expressar com os símbolos de Bukhárin que já conhecemos:

	c	v	m			
			α	βc	βc	
I	120.000	+ 50.000	+ 37.500	+ 10.000	+ 2.500	= 220.000
II	80.000	+ 50.000	+ 37.500	+ 10.000	+ 2.500	= 180.000
	200.000	+ 100.000	+ 75.000	+ 20.000	+ 5.000	= 400.000

A fórmula do equilíbrio geral coincide com este diagrama, já que $80.000 c + 10.000 \beta c = 90.000$ unidades de valor do departamento II podem ser trocadas por $50.000 v + 37.500 \alpha + 2.500 \beta v = 90.000$ unidades de valor do departamento I.

Contudo, os capitalistas se veriam em dificuldades se quisessem investir a mais-valia produzida durante o primeiro ano, nas proporções que se mostram acima e nos mesmos departamentos em que foi produzida. Pois, neste caso, obteríamos, no segundo ano, os seguintes valores dos produtos:

	c	v	m			
			α	βc	βc	
I	130.000	+ 52.500	+ 39.375	+ 10.500	+ 2.625	= 235.000
II	90.000	+ 52.500	+ 39.375	+ 10.500	+ 2.625	= 195.000
	220.000	+ 105.000	+ 78.750	+ 21.000	+ 5.250	= 430.000

Mas, neste caso, seriam $90.000 c \text{ II} + 10.500 \beta c = 100.500$ unidades de valor, enquanto que o departamento I só teria para ceder $52.500 v + 39.375 \alpha + 2.625 \beta v = 94.500$ unidades de valor. Desse modo, ficaria um resíduo invendável de mercadorias no departamento II, que aumentaria a cada ano, o que teria que levar finalmente a uma crise de vendas.

Mas no esquema de Bauer isto não ocorre, porque nele os capitalistas do departamento II em lugar de prosseguir o processo da produção segundo o diagrama anterior, investem parte de sua mais-valia no departamento I. Podem fazê-lo, afirma Bauer, fundando novas fábricas de meios de produção ou então comprando ações de empresas de meios de produção preexistentes. E, segundo os cálculos de Bauer, no segundo ano o processo da produção, depois das transferências de capital do departamento II para o departamento I, deve prosseguir com a seguinte composição de valor:

	c	v	m			
			α	βc	βc	
I	134.666	+ 53.667	+ 39.740	+ 11.244	+ 2.683	= 242.000
II	85.334	+ 51.333	+ 38.010	+ 10.756	+ 2.567	= 188.000
	220.000	+ 105.000	+ 77.750	+ 22.000	+ 5.250	= 430.000

Uma vez estabelecidas as magnitudes relativas anteriores, mediante incrementos de capital, pode-se aplicar novamente a fórmula geral do equilíbrio, pois $85.334 c \text{ II} + 10.756 \beta c \text{ II} = 96.090$, e $53.667 v \text{ I} + 39.740 \alpha \text{ I} +$

$2.683 \beta v I = 96.090$. E já que a partir desse momento Bauer faz com que em todos os anos os capitalistas do departamento II invistam sua mais-valia excedente no departamento I, pareceria à primeira vista que seu exemplo numérico poderia prosseguir *ad infinitum*.

Mas o que se trata aqui na realidade não é senão de uma ilustração matemática do “carrossel” de Tugan, vale dizer uma produção de máquinas pelas próprias máquinas. Como não poderia ser de outro modo, no diagrama de Bauer a produção de meios de produção aumenta com enorme rapidez, enquanto a produção de meios de consumo só o faz lentamente. Por certo que o esquema de Bauer não passa do quarto ano, mas Henryk Grossmann se preocupou em estender o mesmo esquema por durante 35 anos. E então já no 20º ano resulta a seguinte composição de valor para o produto total dos departamentos I e II:

$$1.222.252 c + 252.691 v + 117.832 \alpha + 122.225 \beta c + 12.634 \beta c = 1.727.634$$

Estas cifras demonstram que o produto social total cresceu até 1.727.634 unidades de valor, das quais, porém, somente 383.157 podem ser liberadas para o consumo humano, enquanto que as restantes 1.344.477 devem voltar a ser lançadas como capital constante na produção! E tudo só para assegurar aos capitalistas uma venda imperturbável de suas mercadorias e ao esquema de Bauer um curso sem fricções!...

Tal hipertrofia da produção dos meios de produção, sem um correspondente aumento do consumo social – tal como necessariamente decorre do esquema de Bauer – aparece seguramente incompatível com o espírito da teoria de Marx. Ele exatamente destacou que “a produção de capital constante jamais tem lugar por si mesma, mas só porque se necessita de mais capital constante naquelas esferas da produção cujos produtos entram no consumo individual”.¹³⁸

Basta confrontar esta passagem com o esquema de Bauer para se compreender até que ponto esse esquema equivale, na prática, ao “carrossel” de Tugan-Baranovski.¹³⁹

Desde logo, se poderia objetar que o ritmo excessivamente veloz com que as indústrias dos meios de produção superam, no esquema de Bauer, as indústrias de meios de consumo, deve ser atribuído às taxas irreais de crescimento supostas por Bauer, de 10% no departamento I e de 5% no departamento II. Mas se se insiste em construir um esquema destinado a refletir a crescente composição orgânica do capital, que mostre ao mesmo tempo um curso sem fricções da acumulação capitalista, é preciso deixar que o departamento I cresça mais rapidamente que o departamento II; de maneira que, mesmo supondo-se uma discrepância menor entre as taxas de crescimento de ambos os departamentos que no esquema de Bauer, haveria de se chegar não obstante – ainda que num prazo maior – ao mesmo resultado absurdo.

Mas isto não é tudo. Já nos poucos anos para os quais Bauer desenvolve seu esquema, fica claro que a crescente composição orgânica do capital leva à queda progressiva da taxa de lucro. No exemplo de Bauer, já no quarto ano, a taxa de lucro ($m : c + v$) diminuiu de 33,3% para 30,3%. Pois bem, é fácil para Grossmann demonstrar matematicamente que, baseando-se nas premissas de Bauer, o sistema capitalista teria que entrar em colapso já no 35º ano, porque a relação entre a mais-valia e o capital empregado teria diminuído a tal ponto que a classe capitalista já não poderia acumular.

Porém, aqui devemos recordar que no exemplo de Bauer o crescimento da mais-valia relativa, que devia ser paralelo à maior composição orgânica do capi-

tal, não foi levado em conta. Mas não se pode compensar a queda da taxa de lucro mediante o aumento da mais-valia relativa? Contudo, o estudo dos *Grundrisse* nos ensinou a responder negativamente a esta pergunta. Nessa obra, Marx já salienta que o incremento da mais-valia relativa não pode se estender até o infinito, porque, com o progresso técnico, diminui e deve diminuir não só a parte paga da jornada de trabalho, mas também a relação entre o trabalho vivo total e o trabalho objetivado nos meios de produção.¹⁴⁰ Portanto, e em última instância, o esquema de Bauer teria que salientar não obstante uma queda progressiva da taxa de lucro – com isto, deveria levar ao colapso do sistema capitalista –, inclusive se nele se tivesse levado em conta o crescimento da taxa de mais-valia.

Mas exatamente isso demonstra que se nos animamos por substituir o modelo de Marx da reprodução ampliada por um modelo que leve em conta, no possível, o maior número de fatores da realidade capitalista, logo teremos que nos chocar com as barreiras fixas da produção capitalista, pela natureza do próprio capital. Não surpreende, pois, que Henryk Grossmann tenha podido servir-se precisamente do esquema de Bauer para demonstrar a tendência para o colapso imanente ao capitalismo.¹⁴¹ (Neste sentido, haveria que se qualificar o esquema da reprodução de Otto Bauer como a sua contribuição – involuntária, isso sim – à “teoria do colapso”.)

CONCLUSÃO

Qual é, pois, o resultado de nossa investigação? Aqui bastará seguramente que nos limitemos a um breve resumo que foi dito até o momento.

A primeira conclusão que resulta da disputa (de décadas de duração) em torno dos esquemas da reprodução de Marx é, evidentemente, que de nenhuma maneira se deve considerar esses esquemas como um simples “torso”, como uma tentativa teórica que Marx não pôde “completar” só por falta de tempo. Ao contrário, tudo aponta no sentido que o próprio Marx jamais teve a intenção de ir além da forma que deu aos esquemas da reprodução no tomo II de *O capital*, e por isto não tem sentido esperar deles mais que podem dar.

Destacamos repetidamente que os esquemas de Marx só tratam das condições hipotéticas do equilíbrio da reprodução ampliada mantendo-se constantes as condições da produção e que apesar de seu caráter abstrato constituem “uma parte da realidade econômica”. Certamente: no mundo capitalista real, a reprodução ampliada é levada a cabo, junto com a acumulação do capital, “numa contínua troca qualitativa de sua composição, em meio de um aumento ininterrupto de sua parte constitutiva constante às expensas de sua parte constitutiva variável”,¹⁴² e este processo é acompanhado também pela extensão a intervalos dos domínios da mais-valia relativa, isto é, pelo aumento da taxa de mais-valia. Mas não nos esqueçamos que esta constante troca do modo de produção é “interrompida também de maneira constante por lapsos de repouso e por uma *expansão* meramente quantitativa com base na ‘técnica dada’, por ‘intervalos nos quais a acumulação opera como mero *alargamento* da produção [...]”.¹⁴³

E exatamente para estes “intervalos” valem os esquemas da reprodução do tomo II, que demonstram a possibilidade da reprodução ampliada mediante a adequação recíproca das indústrias dos meios de produção e dos meios de consumo, e com isto também a possibilidade da realização da mais-valia. Mas tudo isso poderia ter sido mostrado sem que fosse necessário incluir, na análise do tomo II, também o fator do progresso técnico, que se expressa no aumento da composição do capital e da taxa de mais-valia.

Porém, Marx não poderia ter continuado e esboçado as condições de equilíbrio da reprodução ampliada também sob a suposição de um modo de produção que se modifica constantemente? Cremos ter mostrado que precisamente isto não era possível, e as fracassadas tentativas de solução de Tugan-Baranovski e Otto Bauer não podiam senão consolidar o nosso ponto de vista. Pois apenas se tenta incorporar o progresso técnico aos esquemas da reprodução, as condições do equilíbrio da reprodução se transformam em condições da perturbação do equilíbrio e todos os esquemas que tratam de premiar esta escolha devem se revelar como “exercícios matemáticos” economicamente intranscendentes. Este descobrimento, que devemos a Rosa Luxemburg, é inamovível.

O segundo resultado de importância ao qual nos levou nossa investigação está no descobrimento que os esquemas da reprodução do tomo II só constituem uma fase – se bem que importantíssima – da análise marxiana do processo da reprodução social, que por isto necessitam que sejam complementados mediante a teoria marxiana das crises e do colapso. Do que se depreende que esses esquemas só podem ser compreendidos no contexto geral da doutrina de Marx. (Também neste caso, a idéia da totalidade se revela como metodologicamente decisiva.) Porém, as perturbações do equilíbrio da reprodução provocadas pelo progresso técnico só parecem demonstrar, em primeira instância, que o curso da produção capitalista deve levar, sempre renovadamente, a crises, e desta maneira à substituição do equilíbrio temporário dado por um novo equilíbrio, igualmente temporário.

Mas na realidade demonstram mais: que as contradições do modo de produção capitalista que se manifestam exatamente nestas perturbações e na queda tendencial da taxa de lucro que as mesmas estimulam, se reproduzem num plano cada vez mais elevado, até que finalmente a “espiral” do desenvolvimento capitalista alcança seu fim. E neste sentido, deve se considerar que a controvérsia aparentemente escolástica a respeito da interpretação dos esquemas da reprodução de Marx é positiva, isto é, teoricamente frutífera, apesar de todos os desvios e conclusões errôneas.

NOTAS

- ¹ Traduzido de “La polémica em torno a los esquemas de la reproducción de Marx”, em Romam Rosdolsky, *Génesis y estructura de “El capital” de Marx (estudios sobre los Grundrisse)* (3ª edição. México: Siglo Veintiuno Editores, 1983), pp. 491-554. Tradução: Antonio Roberto Bertelli.
- ² Tal o que ocorreu freqüentemente com essa investigação na consideração dos economistas burgueses, aos quais Marx reprovou seu “brutal interesse pelo tema” e sua falta de interesse “pela compreensão das diferenças formais das relações econômicas”.
- ³ Essa fórmula encontra-se no livro de Bukhárin, *Der Imperialismus und die Akkumulation des Kapitals*, p. 11.
- ⁴ *Das Kapital*, II, p. 520.
- ⁵ Rosa Luxemburg, *Die Akkumulation des Kapitals*, 1923, pp. 80-81.
- ⁶ *Ibid.*, p. 84.
- ⁷ Joan Robinson, “Introdução” à edição inglesa de Rosa Luxemburg, *A acumulação do capital*, p. 19 (ver nota bibliográfica, p. 22).
- ⁸ Devo agradecer a demonstração matemática dessa relação a meu amigo, o estatístico H. Chester, de Detroit.
- ⁹ Nicolai Bukhárin, *op. cit.*, pp. 11-12.
- ¹⁰ Só Paul M. Sweezy o observou em seu *Theory of Capitalist Development*, aparecido em 1942 (p. 164).
- ¹¹ Nicolai Bukhárin, *op. cit.*. Ao leitor de hoje do ensaio de Bukhárin resultará sumamente incômodo o tom violento, e às vezes também frívolo, de sua polêmica contra Rosa Luxemburg, que pouco antes havia caído vítima de assassinos fascistas. Contudo, esse tom deve ser atribuído sobretudo à circunstância que o trabalho de Bukhárin não foi ditado tanto por interesses científicos, mas por interesses políticos. Tratava-se de quebrar a influência do “luxemburguismo” – muito poderosa ainda na época – nos círculos dirigentes do Partido Comunista da Alemanha, e qualquer meio parecia apropriado para esses fins.

- ¹² Karl Kautsky, *Materialistische Geschichtsauffassung*, II, pp. 546-547.
- ¹³ Cf. parágrafo IV do presente trabalho.
- ¹⁴ Citado por Henryk Grossmann em seu *Das Akkumulations-und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen System*, pp. 57-58.
- ¹⁵ Cf. Otto Bauer, “Die Akkumulations des Kapitals”, em *Die Neue Zeit*, 1913, pp. 836 e 866.
- ¹⁶ Como vemos, Eckstein confundia o problema da reprodução do capital social com o problema das crises.
- ¹⁷ Ver a reprodução da resenha de Eckstein no “Apêndice” ao livro de Rosa Luxemburg, 1923, pp. 487, 488 e 489.
- ¹⁸ Henryk Grossmann, *op. cit.*, p. 95.
- ¹⁹ “O conhecimento finito inteligente procede de modo [...] que só retoma de forma igualmente exterior aquela parte do concreto que foi omitida ao se engendrar o geral por abstração. Ao contrário, o método absoluto [dialético] não se comporta como uma reflexão exterior, porque toma o determinado de seu próprio objeto, já que ele mesmo é seu princípio e alma imanentes” (Georg Wilhelm Friedrich Hegel, *Wissenschaft der Logik*, II, p. 491.
- ²⁰ *Theorien*, III, pp. 83-84.
- ²¹ Cf. opinião de Trotski citada na p. 473 deste trabalho [aqui, Rosdolsky refere-se a uma opinião de Trotski que cita no capítulo “Conclusão”, Parte II, “A extensão da lei do valor no socialismo”, do seu livro citado, de onde se extraiu este ensaio. A citação é retirada do livro de Trotski, *A revolução traída*, edição norte-americana, p. 46 (Nota do tradutor)].
- ²² Da mesma forma, Rosdolsky refere ao capítulo 3, da parte I, intitulado “Karl Marx e o problema do valor de uso na economia política”, de seu livro citado (Nota do tradutor).
- ²³ *Das Kapital*, II, p. 397.
- ²⁴ A essa passagem, tomada do manuscrito de Marx do tomo II, que leva a denominação de “Manuscrito II”, segue-se, na redação de Engels, de forma imediata, uma passagem de outro manuscrito (“Manuscrito VIII”).
- ²⁵ *Das Kapital*, III, p. 686.
- ²⁶ *Theorien*, II, p. 496.
- ²⁷ *Das Kapital*, II, p. 360.
- ²⁸ *Theorien*, I, pp. 306-307.
- ²⁹ “O modo de exposição [dos fisiocratas] está necessariamente determinado, desde logo, por seu conceito geral do valor, que para eles não consiste num modo social determinado de existência da atividade humana (trabalho), mas que consta de matéria, de terra, de natureza e das diversas modificações dessa matéria” (*Ibid.*, p. 12).
- ³⁰ Ver Jean-Charles-Leonard Simonde de Sismondi, *Nouveaux principes de économie politique*, tomo I, livro 2, cap. IV (“Como se origina o lucro do capital”), p. 92.
- ³¹ *Das Kapital*, II, p. 473.
- ³² Citado por Rosa Luxemburg, *op. cit.*, p. 417.
- ³³ Não podendo analisar em profundidade essa controvérsia, remetemos o leitor à brilhante exposição de Rosa Luxemburg em *A acumulação do capital*.
- ³⁴ *Perepiska K. Marksa i Fr. Engelsa s russkimi politicheskimi deiatelami* (Correspondência de Karl Marx e Friedrich Engels com as personalidades políticas russas), 1947, p. 106.
- ³⁵ *Ibid.*, p. 107.
- ³⁶ Citações de *Das Kapital*, I, p. 787.
- ³⁷ *Perepiska*, cit., pp. 119-120.
- ³⁸ Danielson se esquece que em Marx trata-se somente de uma diminuição relativa, não absoluta, do número de empregados.
- ³⁹ Citação de *Das Kapital*, II, p. 316.
- ⁴⁰ Danielson expressou a mesma idéia em sua obra *Umriss*, de aparição posterior, da seguinte maneira: “Do mesmo modo que um fabricante individual não pode existir nem sequer um dia como capitalista se o seu mercado estivesse limitado somente pelas necessidades de seus operários e por suas necessidades pessoais, tampouco uma nação capitalista desenvolvida pode conformar-se com seu próprio mercado interno” (citado por Rosa Luxemburg, *op. cit.*, p. 216).
- ⁴¹ *Perepiska*, cit., pp. 127-129.
- ⁴² Também Marx salientava freqüentemente esse ponto, como poderá se convencer o leitor a partir de suas manifestações citadas nas páginas 246 e ss., adiante.
- ⁴³ *Perepiska*, cit., pp. 137-138.
- ⁴⁴ *Ibid.*, p. 142.
- ⁴⁵ Rosa Luxemburg, *op. cit.*, p. 145.
- ⁴⁶ Aqui deixamos de lado Piotr von Struve, cujo desmedido otimismo em relação às perspectivas de futuro do capitalismo russo Engels já havia criticado numa carta a Danielson (outubro de 1893) (ver *Perepiska*, cit., pp. 147-148).
- ⁴⁷ Serguei Nikoláievich Bulgakov, *O rynkaj pri kapitalisticheskomo proizvodstve* (Acerca do problema dos mercados no modo de produção capitalista, Moscou, 1897), p. 165.

- ⁴⁸ *Ibid.*, pp. 28-29.
- ⁴⁹ *Ibidem.*
- ⁵⁰ *Ibid.*, p. 246.
- ⁵¹ *Ibid.*, p. 210 (conf. Rosa Luxemburg, *op. cit.*, p. 234).
- ⁵² Bulgakov, *op. cit.*, pp. 328 e 259.
- ⁵³ *Ibid.*, pp. 161-162.
- ⁵⁴ *Ibid.*, p. 158.
- ⁵⁵ Rosa Luxemburg, *op. cit.*, p. 237.
- ⁵⁶ *Das Kapital*, II, pp. 474-475.
- ⁵⁷ *Ibid.*, pp. 461-462.
- ⁵⁸ *Ibid.*, p. 475.
- ⁵⁹ Conf. pp. 369-370 deste trabalho [o autor refere-se uma passagem de seu livro, citado, final do cap. 21, item “Transição do processo de produção para o processo de circulação do capital. Digressão sobre o problema da realização e o primeiro esquema da reprodução”, de onde este “ensaio crítico” foi traduzido (Nota do tradutor)].
- ⁶⁰ Bulgakov, *op. cit.*, pp. 200-201.
- ⁶¹ Rosa Luxemburg, *op. cit.*, p. 234.
- ⁶² Bulgakov, *op. cit.*, p. 260.
- ⁶³ *Ibid.*, p. 183.
- ⁶⁴ *Ibid.*, pp. 170-173.
- ⁶⁵ *Ibid.*, p. 225.
- ⁶⁶ *Ibid.*, p. 218.
- ⁶⁷ Rosa Luxemburg, *op. cit.*, pp. 238 e 242.
- ⁶⁸ Mikhail Ivánovich Tugan-Baranovski, *Studien zur Theorie und Geschichte der Handelskrisen in England*, 1901. (A primeira edição desse livro, aparecida na Rússia em 1894, lamentavelmente não pôde ser obtida pelo autor. Também Rosa Luxemburg utiliza a tradução alemã posterior, que seguramente divergia em muito da versão original, considerando que, nesse ínterim, Tugan havia se convertido manifestamente em revisionista.)
- ⁶⁹ *Ibid.*, p. 25.
- ⁷⁰ *Ibid.*, p. 231.
- ⁷¹ *Ibid.*, p. 25.
- ⁷² *Ibid.*, p. 27.
- ⁷³ *Ibid.*, p. 193.
- ⁷⁴ Mikhail Ivánovich Tugan-Baranovski, *Theoretische Grundlagen des Marxismus*, 1905.
- ⁷⁵ Citado segundo W. Alexander, *Kampf um Marx*, 1932.
- ⁷⁶ Tugan-Baranovski, escrevia Hilferding, “só vê as determinações formais econômicas específicas da produção capitalista, passando por cima das condições naturais comuns a toda produção, qualquer que seja sua forma histórica, pelo que chega à curiosa idéia de uma produção existente somente para a produção, enquanto o consumo aparece só como um incômodo acidente. Se isto já é ‘loucura’, pelo menos tem ‘método’, e mais exatamente marxista, já que precisamente essa análise da determinação formal histórica da produção capitalista é especificamente marxista. É um marxismo enlouquecido, mas não deixa de ser marxismo, o que faz com que a teoria de Tugan seja por sua vez tão curiosa e tão instigante” (*Das Finanzkapital*, p. 355).
- ⁷⁷ Tugan-Baranovski, *Theoretische Grundlagen des Marxismus*, cit., p. 27.
- ⁷⁸ Se prestamos particular atenção aos escritos de Lênin acerca do problema da realização, isto ocorre por sua indiscutível significação teórica, mas também porque foram agregados trechos detalhados desses escritos à maioria das edições do tomo II de *O capital*, evidentemente para servir como uma espécie de exegese oficial à obra de Marx. (Essa é uma prática que se iniciou na década de 1930, porque o próprio Lênin seguramente não a teria tolerado se ainda vivesse.)
- ⁷⁹ Citado segundo T. Kowalik, “A teoria de Rosa Luxemburg” (em polonês), em *Ekonomista*, nº 1, 1963.
- ⁸⁰ V. I. Lênin, *Obras completas*, tomo 1, pp. 110-111. Ver também V. I. Lênin, *Escritos econômicos (1893-1899)*, tomo 3, pp. 30-33.
- ⁸¹ Evidentemente, mais tarde, Lênin mudou esse ponto de vista, como se depreende de suas glosas marginais a *A acumulação do capital*, de Rosa Luxemburg (Cf. *Leninskii Sbornik*, XXXII, p. 357).
- ⁸² V. I. Lênin, “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, em *Obras completas*, tomo 3, pp. 44 e 63.
- ⁸³ *Ibid.*, p. 46.
- ⁸⁴ V. I. Lênin, “Resposta ao senhor P. Nezhdánov”, em *Obras completas*, tomo 4, p. 165. Ver também V. I. Lênin, *Escritos econômicos 1893-1899*, tomo 3, p. 247.
- ⁸⁵ V. I. Lênin, “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, cit., pp. 46-47 e 50-51.
- ⁸⁶ Assim Rosa Luxemburg caracterizava o conceito de Tugan-Baranovski acerca da acumulação do capital.
- ⁸⁷ Grifo meu.
- ⁸⁸ *Das Kapital*, III, p. 272.

- ⁸⁹ B. I. Lênin, “Observações sobre o problema da teoria dos mercados”, em *Obras completas*, tomo IV, pp. 57-58. Ver também V. I. Lênin, *Escritos econômicos 1893-1899*, tomo 3, pp. 210-211.
- ⁹⁰ *Ibidem*.
- ⁹¹ Cf. *Theorien*, II, pp. 521-522: “Não se deve negar que em algumas esferas pode-se superproduzir, e por isto em outras pode se produzir muito pouco, isto é, que as crises parciais podem advir de uma produção desproporcional [...], e uma forma desta produção desproporcional pode ser a superprodução de capital fixo e, por outra parte, a superprodução de capital circulante [...] Contudo, não falamos aqui da crise enquanto se baseia numa produção desproporcional, isto é, numa desproporção na distribuição do trabalho social entre as diferentes esferas da produção [...] Mas Ricardo admite esta classe de crise, etc.”
- ⁹² V. I. Lênin, “Algo mais sobre a teoria da realização”, em *Obras completas*, tomo 4, p. 89. Ver também V. I. Lênin, *Escritos econômicos 1893-1899*, tomo 3, p. 246.
- ⁹³ V. I. Lênin, “Para uma caracterização do romanticismo econômico”, em *Obras completas*, tomo 2, cit., e em *Escritos econômicos 1893-1899*, tomo 3, cit.; “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, cit.; “Algo mais sobre a teoria da realização”, cit.
- ⁹⁴ V. I. Lênin, “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, cit., p. 39.
- ⁹⁵ V. I. Lênin, “Resposta ao senhor P. Nezhdánov”, cit., p. 164, e em *Escritos econômicos 1893-1899*, tomo 3, p. 246.
- ⁹⁶ Citado segundo o instrutivo artigo de T. Kowalik, mencionado acima, na revista polonesa *Ekonomista*, p. 49.
- ⁹⁷ *Ibid.*, pp. 51-52.
- ⁹⁸ Lênin escrevia a Shliapnikov, em 27 de outubro de 1915: “Rosa Luxemburg tinha razão. Compreendeu há muito tempo atrás que, como teórico, Kautsky era culpado de servilismo diante da maioria do partido, diante do oportunismo” (citado segundo Gankin e Fisher, *The Bolshevik and the World War*, p. 195).
- ⁹⁹ Nesse contexto há que se salientar que Lênin jamais atacou a essência dos pontos de vista de Bulgakov e de Tugan. Ao contrário, defendeu esses pontos de vista contra os seus críticos, e inclusive recomendou a seus leitores, “aos quais não é possível se familiarizarem com o tomo II de *O capital*, estudarem a exposição da teoria da realização de Marx no livro de Bulgakov” (“Apêndice” ao tomo II de *Das Kapital*, p. 580, nota). Além do mais, Lênin criticava de vez em quando Tugan-Baranovski, mas só devido a seus “desvios de Marx” e por sua afirmação no sentido que entre o tomo II e o tomo III de *O capital* existia uma “contradição”. Mas inclusive depois dessa polêmica (que citamos anteriormente), defendeu Tugan, Bulgakov e a si mesmo contra a reprovação de Struve, segundo o qual todos eles haviam derivado dos esquemas de Marx “a harmonia entre a produção e o consumo”, quando escreveu: “A meu juízo, a polêmica de Struve com os escritores mencionados foi suscitada mais por uma concepção errônea de Struve que pelo conteúdo da teoria que eles defendem [...] Porém Marx e os escritores que expuseram suas idéias e com os quais Struve polemiza, longe de deduzirem dessa análise a harmonia entre a produção e o consumo, salientavam, ao contrário, com toda a energia as contradições inerentes ao capitalismo, que não podem deixar de manifestar-se na realização capitalista” (V. I. Lênin, “Algo mais sobre a teoria da realização”, cit., p. 76, e em *Escritos econômicos*, cit., p. 221).
- ¹⁰⁰ Pode servir-nos como prova adicional uma passagem da polêmica de Lênin com Danielson. Este, para corroborar seus pontos de vista, havia se remetido a uma manifestação de Marx que já conhecemos (ver nota 37), e que Engels interpolou – como “Nota para seu desenvolvimento futuro” – no capítulo XVI do tomo II de *O capital*. Lênin escreve a esse respeito: “Mas, ao citar tal passagem [...], nosso autor, além do mais, omite o final: [...] ‘Contudo, o estudo disto corresponde à seção seguinte’, ou seja, à seção terceira. E que seção é essa? É, pois, precisamente, a que contém a crítica da teoria de A. Smith acerca das duas partes do produto global da sociedade [...] e a análise ‘da reprodução e circulação do capital global da sociedade’, isto é, da realização do produto. Assim, no apoio de suas concepções, que não são mais que uma repetição das de Sismondi, nosso autor cita a nota que se refere ‘somente à seção’ em que se refuta Sismondi: ‘somente a seção’ em que se mostra que os capitalistas *podem* realizar a mais-valia e que incluir o comércio exterior na análise da realização é um absurdo [...]” (V. I. Lênin, “Para uma caracterização do romanticismo econômico”, em *Obras completas*, cit., p. 161 e em *Escritos econômicos*, cit., p. 100). Toda essa observação teria sido anulada se Lênin soubesse que a remissão de Marx “à seção seguinte” não se referia à seção terceira do tomo II, mas à “seção da concorrência”, prevista no plano estrutural original, à qual correspondeu, posteriormente, o tomo III de *O capital*.
- ¹⁰¹ Só depois de escrever este capítulo, caiu em mãos do autor o interessante ensaio do socialista norte-americano P. Mattick, *Rebels and Renegades* (Melbourne: 1946), no qual se antecipa parcialmente a crítica à teoria da realização de Lênin aqui formulada.
- ¹⁰² Rudolf Hilferding, *Das Finanzkapital*, 1927, p. 318.
- ¹⁰³ *Ibidem*.
- ¹⁰⁴ Essa ilogicidade dos conceitos de “superprodução” e “subconsumo” não impediu a Engels de caracterizar o capitalismo como um estágio econômico “que produz uma quantidade muito maior de meios de existência e desenvolvimento que aqueles que a sociedade capitalista pode consumir, porque afastou artificialmente a grande massa dos verdadeiros produtores dos meios de existência e desenvolvimento [...]” (*Ausgewählte Briefe*, p. 358).

- ¹⁰⁵ Rudolf Hilferding, *op. cit.*, p. 300.
- ¹⁰⁶ *Theorien*, II, p. 528.
- ¹⁰⁷ *Das Kapital*, III, p. 528.
- ¹⁰⁸ *Theorien*, II, p. 528.
- ¹⁰⁹ *Theorien*, I, pp. 253-254.
- ¹¹⁰ Assim se diz, na crítica de Marx à teoria de Ricardo: “A palavra ‘superprodução’ em si induz a erro. Enquanto não forem satisfeitas as necessidades mais peremptórias de uma grande parte da sociedade, ou só o forem as mais urgentes, naturalmente não se pode falar em absoluto de uma superprodução de produtos no sentido em que a maioria dos produtos seja supérflua em relação às necessidades que se tem deles. Ao contrário, deve se dizer que, com base na produção capitalista, se subproduz continuamente [...] Mas superprodução de produtos e superprodução de mercadorias são duas coisas totalmente diferentes. Quando Ricardo afirma que a forma da mercadoria é indiferente para o produto [...] ele desemboca de fato em sua suposição que a produção burguesa é o modo de produção absoluto e, em conseqüência, também um modo de produção sem maiores determinações específicas [...]” (*Theorien*, II, p. 528). E mais adiante: “Todas as dificuldades que Ricardo e outros colocam contra a superprodução, etc., se baseiam em que consideram a produção burguesa como um modo de produção no qual ou não existe nenhuma diferença entre a compra e a venda ou então a consideram como produção social, de modo que a sociedade, como que obedecendo a um plano, distribui seus meios de produção e forças produtivas no grau e na medida em que sejam necessários para a satisfação de suas diversas necessidades [...] De modo que esta explicação da superprodução por um lado e mediante a subprodução por outro não significa nada mais que o seguinte: se tivesse lugar uma produção proporcional, não se daria uma superprodução. Do mesmo modo se a oferta e a demanda se correspondessem. Igualmente se todas as esferas encerram idênticas possibilidades de produção capitalista e sua ampliação [...], se todos os países que comerciavam entre si possuísem a mesma capacidade de produção (e mais exatamente de uma produção diferente e complementar). Portanto, a superprodução tem lugar porque não se dão estes bons augúrios” (*Ibid.*, p. 529 e pp. 532-533). Até que ponto a teoria das crises de Hilferding coincide, em seus escritos, com os pontos de vista da escola de Ricardo aqui criticados!
- ¹¹¹ Nos referimos aqui ao último capítulo da obra de Hilferding, no qual fala do iminente colapso da política imperialista do capital financeiro, “mas trata-se de um colapso político e social, não de um colapso econômico, que não é de modo algum uma idéia racional” (*op. cit.*, p. 471).
- ¹¹² *Theorien*, II, p. 469.
- ¹¹³ *Ibid.*, p. 520.
- ¹¹⁴ *Ibid.*, pp. 492-493.
- ¹¹⁵ *Ibid.*, p. 535.
- ¹¹⁶ *Das Kapital*, II, cit., p. 316.
- ¹¹⁷ *Ibid.*, III, pp. 272-273.
- ¹¹⁸ *Ibid.*, p. 285.
- ¹¹⁹ *Ibid.*, p. 528.
- ¹²⁰ Cf. *Theorien*, III, p. 117: “Ricardo equipara reciprocamente [...] ‘produtivo’ e ‘lucrativo’, enquanto que precisamente no fato que na produção capitalista reside sua diferença da produção absoluta e seu limite. Para produzir ‘produtivamente’ há que se produzir de tal maneira que a maioria dos produtores fique excluída de uma parte da demanda do produto; deve se produzir em oposição a uma classe cujo consumo não tem relação alguma com sua produção, já que exatamente no excedente de sua produção e acima de seu consumo está o lucro do capital.” E em outra passagem: “O fato que [o modo de produção capitalista] esteja obrigado por suas próprias leis imanentes a desenvolver, de uma parte, as forças produtivas de tal sorte como se não fossem produção, sobre uma base social limitada, enquanto que por outra parte só pode desenvolvê-las dentro das barreiras dessa limitação, é o motivo mais recôndito e secreto das crises, das contradições que eclodem nelas, dentro das quais se desenvolve a produção burguesa e que inclusive à primeira vista revelam que ela não é mais que uma forma de transição histórica. Sismondí, por exemplo, entende isto grosseiramente – e contudo de forma aproximadamente correta, por outra parte –, como uma contradição da produção pela própria produção e uma distribuição que exclui *eo ipso* um desenvolvimento absoluto da produtividade” (*Theorien*, III, p. 80).
- ¹²¹ *Das Kapital*, III, p. 286.
- ¹²² Em sua análise abstrata do processo de acumulação, Marx teve que prescindir, naturalmente, do papel das “terceiras pessoas”, assim como, em geral, de todos os fatores alheios ao próprio capitalismo e exatamente aí reside o erro da crítica de Rosa Luxemburg. O que, contudo, não significa de maneira alguma que nas etapas ulteriores da análise tenha que se continuar ignorando as “terceiras pessoas”, como supunha muito incorretamente a maior parte dos adversários de Rosa Luxemburg. Ao contrário, o verdadeiro processo da acumulação do capital dificilmente possa ser compreendido se não se leva em conta esse fator.
- ¹²³ Henryk Grossmann, *op. cit.*, pp. 20 e 280-282.
- ¹²⁴ György Lukács, *Geschichte und Klassenbewusstsein*, p. 200.

- ¹²⁵ Por certo que só se deveu a um estado de ânimo transitório e ao sentimento de enfado pela ortodoxia marxista de seus críticos o fato que tenha escrito da prisão a seu amigo Hans Diefenbach, em 8 de março de 1917: “Esta [isto é, a simplicidade de expressão] é agora, em geral, minha orientação estética, que somente aprecia o simples, calmo e generoso, tanto no trabalho científico como na arte, razão pela qual agora me aterra o tantas vezes elogiado primeiro tomo de *O capital* de Marx, com sua supercarregada ornamentação rococó no estilo de Hegel (pelo qual merece, do ponto de vista do partido, cinco anos de prisão e dez de suspensão dos direitos civis) [...]” (Rosa Luxemburg, *Briefe an Freunde*, p. 85). E, contudo, esta observação demonstra que às vezes Rosa Luxemburg passava por cima do conteúdo dialético escondido atrás do “estilo hegeliano” da obra de Marx.
- ¹²⁶ Ver pp. 219 e ss. deste trabalho [Rosdolski refere-se ao capítulo 11, “A transição para o capital (‘A conversão do dinheiro em capital’)”, de seu livro citado, de onde foi traduzido este ensaio (Nota do tradutor)].
- ¹²⁷ “Portanto, ao considerar as condições essenciais da produção capitalista – escreveu Marx nas *Teorias* –, pode-se supor (já que isto ocorre aproximadamente cada vez mais, que é o objetivo principal, e que só nesse caso as forças produtivas do trabalho se desenvolvem até seu ponto culminante) que todo o mundo das mercadorias, que todas as esferas da produção material [...] estão submetidas (formal ou realmente) ao modo de produção capitalista. Nesta suposição, que expressa o limite que, portanto, se acerca cada vez mais da exatidão total, todos os operários ocupados na solução são trabalhadores assalariados, e então os meios de produção os enfrentam em todas estas esferas enquanto capital” (*Theorien*, I, p. 385).
- ¹²⁸ Rosa Luxemburg, *op. cit.*, p. 335.
- ¹²⁹ *Ibid.*, pp. 403-404.
- ¹³⁰ Rosa Luxemburg, *op. cit.*, p. 265.
- ¹³¹ *Das Kapital*, II, pp. 500-501.
- ¹³² Cf. a passagem de *O capital*, na p. 537.
- ¹³³ Otto Bauer, “Die Akkumulation des Kapitals”, em *Die Neue Zeit*, nº 23, 1912-1913.
- ¹³⁴ O leitor seguramente se recordará da objeção formulada por Rosa Luxemburg contra os esquemas da reprodução de Marx, segundo a qual nesses esquemas “a acumulação no departamento II é totalmente dependente e dominada pela acumulação em I” (cf. p. 195 deste ensaio). Assim como essa objeção era equivocada a respeito dos esquemas de Marx, é correta em relação a Otto Bauer, já que o departamento II de seu esquema só aparece, de fato, como um mero apêndice do departamento I e só serve para a constante ampliação deste departamento.
- ¹³⁵ T. Kowalik, *A teoria econômica de Rosa Luxemburg* (tese de doutorado, em polonês), Varsóvia, 1963, p. 208.
- ¹³⁶ *Das Kapital*, II, p. 527.
- ¹³⁷ Contudo, Bauer nega que seu esquema da reprodução tenha essa finalidade: “Esta exposição – diz, referindo-se à sua teoria da acumulação – não pode ser considerada como uma apologia do capitalismo. Pois, enquanto os apologistas do capital quiseram demonstrar a falta de limites da acumulação – com a produção, aumentaria também, automaticamente, o poder de consumo – nós descobrimos os limites fixados para a acumulação” (*Die Neue Zeit*, 1913, p. 887). Mas se se buscam no ensaio de Bauer esses “limites da acumulação”, verifica-se que isso só se refere à “tendência à adequação da acumulação ao crescimento da população”: “O aumento do capital produtivo dentro do próprio país – salienta – sempre fica limitado pelo crescimento da população trabalhadora disponível: o capital variável não pode crescer permanentemente com maior rapidez que a população, e o capital constante só pode crescer com maior rapidez que o variável dentro da relação determinada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas” (*Ibid.*, pp. 871-872). Mas sendo assim, se a acumulação do capital só se choca contra o limite da “população trabalhadora disponível” que se mostra temporariamente na fase de prosperidade do ciclo industrial, então essa acumulação pode prosseguir até a eternidade, e a circunstância que Bauer proteste contra a apologia do capitalismo só deve ser considerada como uma expressão de boas intenções.
- ¹³⁸ *Das Kapital*, III, p. 336.
- ¹³⁹ Segundo soubemos pela tese de Kowalik anteriormente citada, o ensaio de Bauer que contém esse esquema foi publicado várias vezes nas edições soviéticas da obra de Rosa Luxemburg, evidentemente para servir como uma espécie de antídoto. Tal é o que ocorre com a edição de 1934, pp. 339-358 (Kowalik, *op. cit.*, p. 204, nota 1).
- ¹⁴⁰ Cf. pp. 451 e ss. deste trabalho [Rosdolski refere à parte final do ensaio “A crítica mais recente da lei marxiana da queda da taxa de lucro”, publicado também como “Apêndice” em seu livro já citado (Nota do tradutor)].
- ¹⁴¹ Ver a obra anteriormente citada de Henryk Grossmann, *Das Akkumulations-und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen System*, 1929.
- ¹⁴² *Das Kapital*, I, p. 662.
- ¹⁴³ *Ibid.*, pp. 473 e 663. De forma similar se diz nas *Teorias*: “Na reprodução se pressupõe, antes de tudo, que o modo de produção permanece constante, e isto ocorre durante um lapso na ampliação da produção. Neste caso aumenta a quantidade das mercadorias produzidas porque se emprega mais capital, não porque seja empregado de forma mais produtiva” (*Theorien*, II, p. 522).